

FACULDADE DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO DE RUBIATABA
CURSO DE DIREITO

MARLEIDES DE OLIVEIRA MENDES

**A VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE RUBIATABA:
DE 6º AO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL**

**RUBIATABA – GO
2007**

**FACULDADE DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO DE RUBIATABA
CURSO DE DIREITO**

MARLEIDES DE OLIVEIRA MENDES

**A VIOLÊNCIAS NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE
RUBIATABA: DE 6º AO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Monografia apresentada a Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba FACER como requisito para obtenção do Grau de Bacharel em Direito sob a orientação da professora Claudia Leal Pimenta.

**RUBIATABA – GO
2007**

MARLEIDES DE OLIVEIRA MENDES

A VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE RUBIATABA: DE 6º AO
9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

COMISSÃO JULGADORA
MONOGRAFIA PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE GRADUADO PELA FACULDADE
DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO DE RUBIATABA

RESULTADO: _____

Orientador _____
Cláudia Pimenta Leal

2º Examinador _____
Geruza Silva de Oliveira

3º Examinador _____
Eduardo Barbosa Lima

Rubiataba, 10 de dezembro de 2007

Dedico esta obra a Deus por ter-me concedido a oportunidade e todas as condições necessárias de concluir este curso. E aos meus filhos Willian e Gabriela pela compreensão de minha ausência no lar durante esta árdua caminhada.

A Deus, criador e sustentador do universo, que me proporcionou galgar mais um degrau na vida profissional.

Aos meus pais, que abriram as portas do meu futuro, iluminando com a luz mais brilhante que puderam encontrar: o estudo.

Àqueles que me transmitiram seus conhecimentos e experiências profissionais, que com carinho guiaram-me para além das teorias e técnicas.

RESUMO

O presente estudo aborda a questão da violência nas escolas que vem permeando de forma significativa as relações no espaço escolar. A violência é um tema controverso que envolve várias acepções e varia de intensidade, magnitude e gravidade. Este trabalho sintetiza aspectos de um estudo sobre violência nas escolas e a educação para a paz que foi desenvolvido com o objetivo de identificar e conhecer a magnitude do fenômeno violências nas escolas estaduais de Rubiataba; analisar as percepções dos alunos, dos professores e diretores sobre o assunto em pauta e suas causas; avaliar as formas de enfrentamento, medidas de prevenção e a promoção para a paz. Os dados foram organizados em tabelas e gráficos e o conteúdo foi analisado por categorização, possibilitando melhor compreensão e interpretação das respostas fornecidas através da pesquisa. As estratégias sugeridas no IV capítulo, frente a violência objetivam impor limites e facilitar a convivência, consideram importante a atuação conjunta dos pais, com a comunidade e demais instituições. Entretanto, educar para a paz significa assumir uma definição positiva da paz como justiça, mesmo considerando-a como um valor inatingível em sua plenitude.

Palavras-chave: violência, violência nas escolas, paz, educação e justiça.

ABSTRACT

This study addresses the issue of violence in schools which mixing have significantly relations in space school. The violence is a controversial issue that involves several senses and varies in intensity, magnitude and seriousness. subject in question and its causes; assess ways of confrontation, measures of prevention and the promotion of peace. The data were organized in tables and graphs and content was analyzed by categorizing, enabling better understanding and interpretation of the answers provided by the search. The strategies suggested in chapter IV, facing violence intended to impose limits and to facilitate coexistence, consider the important role of parents together with the community and other institutions. Meanwhile, educate for peace means taking a positive definition of peace and justice, even considering it as a value unattainable in its fullness.

Keywords: violence, violence in schools, peace, education and justice.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
1 A VIOLÊNCIA GERAL.....	10
2 VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS.....	15
2.1 O Papel da Família na educação.....	20
2.2 A Violência nas Escolas como Inadaptação Social.....	21
3 COTIDIANO DAS ESCOLAS: ENTRE VIOLÊNCIAS.....	24
3.1 Agressão Verbal de Alunos Contra Alunos e de Alunos Contra Professores.....	24
3.2 Agressões Verbais de Professores Contra Alunos.....	25
3.3 Agressão Física.....	26
3.4 Armas na Escola.....	28
3.5 Furtos/Roubos.....	29
3.6 Tipos de Violência	31
3.7 Ações, Reações e Omissões na Escola.....	32
3.7.1 Medidas de Caráter Punitivo e/ou Repressivo.....	32
3.7.2 Entre Punições e Omissões.....	35
3.8 São Apontadas Como Causas da Violência:.....	35
3.8.1 A Sociedade.....	36
3.8.2 A Família.....	36
3.8.3 A Mídia.....	37
4 JUSTIÇA E EDUCAÇÃO CONTRA A VIOLÊNCIA.....	43
4.1 Programas Educativos e a Violência na Escola.....	43
4.2 Escola, Prevenção à Violência e Grêmios Estudantis.....	46
4.3 Educação para a Paz: uma Proposta Pedagógica para a Não Violência.....	48
4.4 O Estatuto da Criança e do Adolescente como Instrumento de Promoção da Cultura da Paz.....	50
4.5 Iniciativas Públicas de Redução da Violência Escolar no Brasil	51
4.5.1 Elementos que Orientam Políticas de Redução da Violência Escolar.....	54
CONCLUSÃO.....	57
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	59
ANEXOS.....	61

INTRODUÇÃO

A violência nas escolas não é um fato novo. Todavia, é uma realidade preocupante, considerada como conseqüência da violência estrutural que vem se disseminando no meio social, representando na verdade, um obstáculo para o desenvolvimento da prática docente, da convivência harmoniosa na escola e conseqüentemente de um processo mais efetivo e mais participativo. Por isto, faz-se mister a busca de novas formas de intervenção para o enfrentamento desta e de outras dificuldades que batem à porta da escola. Assim, ao estabelecermos uma visão preventiva de que problemas sociais, como a violência, possam ser trabalhados adequadamente, sentimos a necessidade de vislumbrarmos a possibilidade de contribuir para a mudança e construção de um mundo melhor.

A motivação para realizar este estudo advém de toda uma trajetória profissional como educadora em instituições de ensino e como colaboradora na Subsecretaria Regional de Educação de Rubiataba onde se tem procurado trabalhar a visão holística de homem e de mundo em transformação, buscando resgatar neste intento, a melhoria das condições e da qualidade de vida e o exercício pleno da cidadania através da educação.

Pretende-se com este trabalho fazer uma breve abordagem sobre os fenômenos que geram a violência e que envolvem crianças e adolescentes nas escolas e como o educador, enquanto profissional qualificado, poderá agir na prevenção dessa violência. Este trabalho tem como ponto de partida um inventário detalhado de violências que ocorrem no cotidiano da escola, enfatizando como este fenômeno se dá nas interações sociais, nos estabelecimentos de ensino. Dando ênfase a um enfoque vivencial e simbólico, que por sua vez abarca experiências dos atores como vítimas, agentes e testemunhas, como o imaginário sobre as várias violências vividas e praticadas.

A presente pesquisa foi desenvolvida nas escolas estaduais de Rubiataba-Go nas turmas de 6º ao 9º ano do ensino fundamental, abrangendo seis escolas, sendo realizada a pesquisa com alunos, professores e diretores das respectivas séries. Estas instituições foram selecionadas de modo a se compor uma amostra que permitisse a representação de todas as unidades escolares do município. Na pesquisa faz-se o registro de atos e situações que

envolvem violências, infrações/delitos e a análise das percepções desses sujeitos em relação à violência, ao clima escolar, às relações sociais, ao sistema de punição das escolas, às medidas para enfrentar as violências, bem como sugestões sobre como se antecipar e lidar com o fenômeno. A presente pesquisa parte de alguns tipos de violência e reflete sobre relações no ambiente institucional educacional, ressaltando a importância de discutir a escola como um lugar possível por uma razão sensível e criativa, resgatando seu compromisso social com os alunos e professores, por uma sociedade mais justa.

Será alvo de reflexão o papel da família na educação numa perspectiva histórica até aos dias de hoje; o fenômeno de violência e como ela se registra na sociedade; a violência nos jovens frutos da ausência de referências positivas no meio onde se circunscrevem; análise da violência e seus implicados no contexto escolar e se poderá haver uma interação positiva ou não entre a escola e seus alunos. Serão também apontadas as causas da violência, sua prevenção e como o educador social, enquanto profissional qualificado poderá agir na prevenção do fenômeno em questão.

A presente pesquisa emprega dados bibliográficos com base histórica e contemporânea, bem como dados estatísticos dispostos em tabelas e gráficos, para auxiliar na interpretação das informações. A linha de pesquisa pela qual optamos neste trabalho foi a abordagem qualitativa e quantitativa¹, por ser a mais adequada para os propósitos desse estudo.

A escola é um espaço de construção de saberes, de convivência e socialização. Os jovens buscam, no sistema escolar, desenvolver suas habilidades, expandir suas relações sociais, realizar e construir desejos, impulsos que colaboram na formação de identidades. A escola é também locus de produção e reprodução de violências nas mais variadas formas.

¹ Segundo Tripodi et al, apud LAKATOS, 2005, p. 189. Consistem em investigações de pesquisa empírica cuja principal finalidade é o delineamento ou análise das características de fatos ou fenômenos, a avaliação de programas, ou o isolamento de variáveis principais ou chave.

1. A VIOLÊNCIA GERAL

A violência generalizada é um dos fenômenos que acontecem o mundo contemporâneo em todas as suas instancias e se manifesta de variadas formas. Ela está presente em toda sociedade e não se restringe a determinados espaços, a determinadas classes sociais, determinadas faixas etárias ou a determinadas épocas.

A violência que se encontra presente na sociedade atual parece-nos fazer parte, cada vez mais, do cotidiano da maioria das pessoas, e pensar e agir em função dela, vem se tornando um modo de viver, principalmente nas grandes cidades. A violência que é vivenciada por todos, parece ser absolvida como prática natural, sendo incorporada ao cotidiano, sem que sejam avaliadas e percebidas as dimensões de suas conseqüências segundo Santos² (1999, p. 483);

“O nosso cotidiano tem sido mobilizado a cada passo que damos e em cada local que aportamos pelas feridas sociais. Elas hoje, se mostram expostas e derramadas na via pública, nas reuniões de nossas escolas, noticiários que lemos e o que assistimos. Nossas casas são violadas, sem ou mesmo com a nossa presença. Nossas vidas expõem-se aos riscos de forma mais intensa e repetitiva. A violência faz parte de nosso modo de viver. Tendo-se tornado imanente ao social. Sitiamo-nos em nossas propriedades, em nossos eus, encolhendo-nos diante das inseguranças que nos rodeiam, mesmo quando estamos no interior de nossas casas”.

Nunca a violência esteve tão presente em nosso dia – a – dia quanto agora. A todo o momento ocorrem episódios, multiplicam-se cenas atroztes nos jornais, nas revistas, na televisão, provocando na população, sentimentos de insegurança, medo, desesperança, dentre outros. Pela sua dimensão, estes acontecimentos tendem a desencadear nos indivíduos um mecanismo através das mais variadas formas de comportamento e relacionamentos, podem ser percebidos como processo de constante frustração, pois em todo mundo, o homem vive uma frustração das suas possibilidades de realização. Disso surgem tremendas tensões carregadas de hostilidade e que contam com um denominador comum: agressão. Esse medo é hoje uma doença universal, e contra ele surge um mecanismo de defesa: a violência.

² J, V. Santos. **Violência no tempo de globalização**. São Paulo: HUCITEC, 1999, p. 483.

Muitas vezes, esses sentimentos, ao serem incorporados como normais ou comuns, não são reconhecidos como agressões ao bem-estar individual e coletivo. Desencadeiam sentimentos de banalização que nos levam a indiferença diante de tantas situações como a fome, a exploração e massacre de menores, a exposição de pessoas ao relento, a poluição ambiental, dentre tantos outros acontecimentos que vão sendo absorvidos como naturais ao processo social.

Em virtude destes e de outros sentimentos relacionados à questão da violência, o ser humano tende, de alguma forma, a desenvolver uma série de comportamentos e pensamentos que impedem seu bem – estar sem dar conta disto. As suas ações, muitas vezes, levam-no para a irracionalidade e impedem-no perceber a dimensão de seus atos.

A literatura nos mostra que a questão da violência surgiu com a própria história da humanidade e vem sendo discutida desde a idade antiga até os tempos atuais.

Considera-se que o viver em sociedade foi sempre um viver violento por mais que recuemos no tempo, constatamos que a violência está presente. Ela aparece em suas várias faces.

Ao revermos a história brasileira, defrontamos com a violência a que foram submetidos os índios, bem como todos os procedimentos discriminatórios e de dominação que caracterizam a colonização do país com significativa repercussão até hoje.

Até nos livros sagrados, como a Bíblia, verificamos a presença deste fenômeno. A Bíblia é um repositório incomum de violência, a matriz de uma situação que se perpetua na vida social do homem, onde a prática da violência só é, parcialmente, desvendada. E por ela não ser desvendada é manipulada como uma prática de denominação de iguais. Ela se inicia com a expulsão do Adão e Eva do paraíso, fato que representou a punição que o homem sofreu por ter cometido uma infração. Além desse, vários exemplos retrataram as mais diferentes formas de violência.

Em Gênesis³ (4:8), por exemplo, a morte de Caim foi planejada e executada por seu irmão Abel. Outra citação é a de Deuteronômio⁴ (22:18) acerca dos filhos rebeldes de Israel, onde, naquela época, a conduta era que todos os homens apedrejassem até a morte.

No Velho Testamento ⁵ (Êxodo), a violência é considerada aceitável como forma defensiva frente a ação dos violentos e escravagistas. Ela é um apanágio do ser humano que surge em determinadas conjunturas psicológicas e psicossociais, quer como agente, quer como reação. Pode ser uma manifestação defensiva na forma de preservação ou estar a serviço da satisfação de impulsos perversos racionais ou irracionais.

Na era cristã, a paixão e morte de Jesus evidenciaram as diversas faces da violência humana, que vão da discriminação à delinquência.

Diante destes fatos observamos, portanto, que os atos de violência que chocam a sociedade, não são inéditos, porém não deixam de ser bárbaros.

Visualizamos que o atual momento civilizatório, traz consigo, características particulares e peculiares, que em parte, estão determinadas pela visão do mundo e de homem, que permeiam os valores e concepções do conjunto de pessoas que a forma e, por isso, integram, intimamente, com as formas de relacionamento e posturas adotadas frente aos diversos acontecimentos advindos daí.

A presença de conflitos parece ser constante em qualquer sociedade, seja entre pessoas, como destas consigo próprias e com o meio. No entanto, sua presença não justifica o aparecimento e o crescimento da violência, uma vez que se constituem em elementos de crescimento quando conseguem ser superados. Porém a dificuldade de lidar com tais conflitos e em resolvê-los satisfatoriamente, é que aparece contribuir para o crescimento da violência e de outros processos a ela ligados.

³ João Ferreira Almeida. **Bíblia Sagrada**. Ed. Sociedade Bíblica do Brasil, São Paulo. 1995.

⁴ João Ferreira Almeida, op. cit.

⁵ João Ferreira Almeida, op. cit.

Devido à quantidade de acontecimentos que permearam e que vem permeando a história da humanidade, existe certa dificuldade de denominar com exatidão o real significado do fenômeno da violência. Segundo Minayo Apud Milani. ⁶

“É muito difícil conceituar violência, principalmente por ser ela, por vezes, uma resultante das alterações sociais; por vezes ainda, um componente cultural naturalizado. Os estudiosos que nos últimos tempos tem se debruçado sobre o tema, ouvindo e descultuando toda a produção filosófica, mitológica, e antropológica da humanidade lhe conferem um caráter de permanência em todas as sociedades e também de ambigüidade, ora sendo considerado como fenômeno positivo, ora como negativo, o que retira de sua definição qualquer sentido positivista que lhe confere o status de fenômeno complexo”.

Entende-se, genericamente, por violência⁷ “a qualidade do que atua com força ou grande impulso; força, ímpeto, impetuosidade [...], intensidade [...], inrascibilidade, força que abusivamente se emprega com direito, opressão, tirania, ação violenta”, (jur.) constrangimento exercido sobre alguma pessoa para obrigá-la fazer ou deixar de fazer um ato qualquer, coação.

Semelhante configuração pode encontrar mesmo na etiologia do termo violência. Assim, o vocábulo violência vem do latim *violencia* que significa violência, ato de violentar, caráter violento ou bravo, força. O verbo *violare* significa tratar com violência, profanar, transgredir.

Portanto, observamos que, do ponto de vista etimológico, pois, a ambivalência parece persistir, isto é a noção da violência teria sua Gênese na idéia tão-somente de força, o que pode comportar sentidos negativos (profanar e transgredir, por exemplo) bem como positivos (caráter bravo, abundância).

Vemos emergir dos contextos atuais, os mais variados comportamentos e pensamentos que vão se constituindo em elementos relevantes para que mudanças ocorram no âmbito individual e coletivo, bem como no campo do conhecimento popular científico.

⁶ Milani et al. **Educação** Porto Alegre – RS, ano XXIX, n 2 (59), p. 369-386, Maio / Ago. 2006

⁷ Deocleciano Torriere Guimarães. **Dicionário Técnico Jurídico**, p. 549.

Neste novo tempo, marcado por violências, precisamos refletir sobre a vida que temos e a que queremos. Vemos que brutais (explícitas) e violências sutis (implícitas) são infelizmente, os principais fios com que é tecido o nosso cotidiano. Por isso, se faz necessárias que todos os membros da sociedade, mais especificamente, os educadores se atentem para estas questões procurando depreender da importância de uma instrumentalização adequada para o enfrentamento individual e coletivo bem como profissional desta situação, marcada pelas severas circunstâncias porque passa a sociedade pós-moderna.

2. VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS

A violência na escola é uma das facetas da violência social que mais merece atenção nestes tempos pós-modernos.

Embora, ultimamente, a violência nas escolas tenha despertado o interesse de vários estudiosos, entendemos que o assunto carece ser mais bem tratado, especialmente, por parte do Ministério da Educação, pelas Secretarias de Educação, ou outros órgãos afins, pois o problema e suas conseqüências são uma realidade para todos os integrantes das instituições escolares: diretores, professores, alunos, pais, demais servidores e, porque não dizer, a própria comunidade em que está inserida. Assim, o fenômeno da violência nas escolas hoje, exige de todos um olhar diversificado sobre a questão para podermos compreendê-lo e propor ações de prevenção e intervenção.

Investigando a literatura disponível, observamos que o estudo da violência no ambiente escolar vem apresentando relevantes mudanças tanto no que é considerado violência, como no olhar a partir do qual o tema é abordado. De análises em que a ênfase focava sobre a violência do sistema escolar, especialmente por parte dos professores contra os alunos e desses contra a propriedade, e em menor proporção, de alunos contra professores e de professores contra alunos (ABRAMOVAY, 2003)⁸.

Esta alteração de ênfase à visualização da violência foi acompanhada da necessidade de identificar suas diferentes formas e de definir seus significados, tarefa que se mostra árdua, uma vez que nenhum conceito chega a ser consensual entre os pesquisadores, até porque o tema é amplo e complexo demais para que um consenso seja possível. Para (ABRAMOVAY, 2003)⁹ o que é caracterizado como violência varia em função do estabelecimento escolar, da posição de quem fala (professores, diretores, alunos), da idade e do sexo; sendo, portanto, necessária conceitualização mais apropriada ao lugar, ao tempo e aos atores que a examinam.

Entendemos, portanto, que se não é fácil compreender a complexidade que envolve o significado do termo violência, pois que incide sobre esse, a necessidade de compreendê-lo

⁸ Mirian Abramovay & M das Graças Rua. **Violência nas escolas: versão resumida**, p. 21.

⁹ Ibid, mesma página.

sob o ponto de vista de determinantes e condicionantes sociais, econômicos, culturais, entre outros, assim também, complexo é compreender e conceituar o fenômeno da violência na escola.

“Os termos usados para indicar a violência variam de acordo com o país. Por exemplo: nos Estados Unidos pesquisas sobre violência na escola, utilizam o termo delinquência juvenil, enquanto na Inglaterra esse enfoque não é freqüente. Para alguns autores da literatura inglesa, o termo violência na escola só deveria ser empregado no caso de conflito entre estudantes e professores ou no caso de atividades que causam suspensão, atos disciplinares e prisão” (ABRAMOVAY, 2003, p.22)¹⁰.

Muitos autores referem-se à violência que ocorre dentro da escola da mesma maneira que se referem a aquela que é detectada nas suas imediações. Ora utiliza-se da expressão violência nas escolas, ora utilizam se de violência das escolas, ou então, confundem a violência que ocorre na educação com educação violenta.

A violência escolar, para outros é aquela que acontece no interior da escola e que aponta uma reação contra a instituição escola, que podem se manifestar sob a forma de depredações do patrimônio, roubos, furtos e também ameaças aos professores e/ou nos atos de vandalismo. Já a violência na escola, que também acontece no interior da escola, é caracterizada como aquela que não diz respeito, especialmente, ao universo escolar. Ela poderia acontecer em outro lugar, mas acontece na escola por ser um dos lugares onde os jovens se encontram. Parece então, inexistir uma reação contra a instituição escola, o que não exime de refletir sobre a crise dessas instituições.

É importante destacarmos, então, que mesmo diante de dificuldades encontradas para aproximar a conceitualização da violência escolar, alguns avanços já foram alcançados pelos pesquisadores como, por exemplo, a classificação deste tipo de violência em níveis proposta por Abramovay, p.22¹¹:

- A violência – golpes, ferimentos, violência sexual, roubos, crimes, vandalismo;

¹⁰ Mirian Abramovay & M das Graças Rua, **Violência nas escolas**, p.22.

¹¹ Ibid, mesma página.

- Incivildades – humilhações, palavras grosseiras, falta de respeito;
- Violência simbólica ou institucional – falta de sentido em permanecer na escola por tantos anos; ensino como um desprazer, que obriga o jovem a aprender matérias e conteúdos alheios aos seus interesses; imposição de uma sociedade que não sabe acolher os seus jovens no mercado de trabalho; a violência das relações de poder entre professores e alunos; a negação da identidade e satisfação profissional aos professores, a sua obrigação de suportar o absentismo e a indiferença dos alunos.

Enquanto que alguns autores consideram que já existe uma maior sensibilidade coletiva nas várias esferas sociais perpassando o público e o privado, em relação a atos que passam a ser identificados como violentos e inaceitáveis devido ao maior reconhecimento de direitos sociais e de cidadania. Por outro lado, alguns consideram que nas escolas, ainda ocorre certa naturalização e banalização da violência, não pela ausência adequada de uma caracterização, precisa de um fenômeno, mas exatamente pelo fato de ela se tornar habitual nas escolas e passas a constituir parte do cenário destas.

Na atual conjuntura, torna-se, então necessária uma preocupação com as várias formas de violência e com o processo de vitimização. Neste sentido, Abramovay 2003, refere que alguns estudiosos atentam para que não seja somente a violência explícita merecedora de atenção, já que outros tipos podem ser traumáticos e graves, sendo recomendado escutar as vítimas e a comunidade acadêmica, para construir noções sobre as violências e os sentidos despercebidos pelos indivíduos.

Portanto, evidenciada, ou não certo é que a violência pode manifestar-se de forma explícita ou implícita. A violência explícita é a forma a que mais temos assistido e ouvido falar diariamente; e a violência implícita ou simbólica é a que não necessariamente percebemos que atua sutilmente sobre pensamentos e comportamentos.

Assim, na escola, a violência pode apresentar-se de várias formas, através dos comportamentos e atitudes, pensamentos e sentimentos que permeiam as relações de todos os alunos, professores, e demais membros da comunidade escolar. Ela, também, pode manifestar-se nos relacionamentos com os professores, alunos e destes com a comunidade na qual está inserida. Portanto, frente a esta vasta gama de possibilidades, entendemos que a violência pode manifestar-se de forma explícita no interior da escola; por exemplo, no

comportamento agressivo dos alunos, nas depredações, brigas, agressões verbais e físicas, assim como qualquer outra forma de interdição de bem-estar, aberta e facilmente detectada e reconhecida.

A violência implícita pode estar disfarçada no comportamento indiferente dos diferentes atores, na falta de cooperação e de diálogo. Pode se dar nas relações autoritárias entre o professor e o aluno na sala de aula e entre próprios professores e os próprios alunos. Além disso, ela pode estar presente nas precárias condições de trabalho destes professores e, também, em suas escassas condições que lhes facilitem ter uma vida com qualidade.

Entendemos que a violência implícita acaba sendo incorporada ao cotidiano escolar permeando as relações existentes em seu interior, passando despercebidamente: na verdade o professor ou a professora são em si objetos de violência nas relações de trabalho, suscetíveis a pressões e conflitos decorrentes dessas relações desiguais.

A violência implícita deve ser desvelada devido a possibilidade que existe de através dela ocorrerem novas formas de violência. Fato é que se permanece velada e não identificada como um fenômeno será mais difícil abordá-la na prática. Esse tipo de violência se faz presente em diversos contextos e se instala nas diferentes relações sociais, dificultando e prejudicando o desenvolvimento pessoal, educativo, e profissional das pessoas.

Quando se trata da violência que cresce e se reproduz no ambiente escolar, trata-se de certo modo, da violência da sociedade como um todo, já que a escola carrega consigo o sistema no qual está inserida e do qual faz parte.

Na área da educação e mais especificamente do processo de aprendizagem, a questão do ambiente tem destacada relevância na teoria da educação libertadora de Freire (1999, p.155)¹² ao lembrar que, “não há dúvidas, que as condições materiais em que vivem os educandos, lhes condiciona a compreensão do próprio mundo, sua capacidade de aprender, de responder aos desafios”.

¹²Paulo Freire. **Pedagogia da Autonomia**, p.155.

Embora o processo educativo possa ocorrer em diversas instituições, é no âmbito escolar que ele encontra grande repercussão. Ainda que a escola se destine apenas a uma parcela de contribuição para o desenvolvimento dos cidadãos, é nela que se dão relações fundamentais para o desenvolvimento humano. Diz-se que na educação devemos tornar possível o trânsito de uma cultura de guerra e violência, para cultura de paz e não-violência, que nos permita viver a paz como um processo criativo com repercussões diretas em nosso cotidiano.

Em um extenso estudo promovido pela UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura - e realizado por Abramovay e Rua (2003)¹³, incluindo quatorze capitais brasileiras, foram entrevistados 34.000 estudantes, 13.000 pais e professores de 340 escolas, examinou amplamente a questão da violência na escola. Os pesquisadores perceberam que na maioria das escolas, seja pública ou privada, a violência atingiu tal patamar que os alunos e professores sentem-se inseguros como se estivessem na rua.

Ressalta-se ainda que quem não consiga preocupar-se com seu entorno e não vivem apaixonadamente os problemas de sua época, não é um verdadeiro educador. Educar para a paz está se tornando uma expressão e uma necessidade educativa cada vez mais conhecida e assumida por boa parte dos que se dedicam a tarefas formativas, tanto na educação formal, como na educação não formal. No plano jurídico, também obteve seu reconhecimento tanto entre as finalidades do sistema educacional, como na inclusão no currículo dos chamados temas transversais, entre os quais está a educação para a paz.

A busca pela paz é uma tarefa inacabada e seguramente inacabável, mas necessária. Por isso, a educação para a paz é um dever-direto do educador.

O momento histórico em que vivemos suscita abertura de mudanças, neste sentido, a escola é um instrumento de suma responsabilidade na formação de consciência.

Este novo tipo de educação incita a participação e desenvolvimento de valores fundamentais como a solidariedade, a ética e a paz, entendidos como de extrema importância para a superação dos problemas emergentes na sociedade atual.

¹³ Mirian Abramovay & M das Graças Rua. **Violência nas escolas: versão resumida**. Brasília: Pitágoras Rede, 2003.

2.1 O papel da família na educação

O conceito de família nem sempre foi o mesmo, ele sofreu alterações de acordo com o evoluir dos tempos.

No Antigo Regime, não existia os termos criança ou adolescente, a criança não tinha infância, era considerada um adulto jovem, passava-se diretamente de criança muito pequena a adulto jovem, sem passar pelas várias etapas da juventude de que eram talvez conhecidas antes da Idade Média e que se tornavam o aspecto essencial das sociedades evoluídas dos dias de hoje.

A educação da criança não era assegurada pela família. Cedo as crianças se envolviam com os adultos em atos sociais tradicionais, de ajuda aos pais, nos labores habitacionais no caso das meninas e nos meninos na conservação dos bens e negócios familiares. Era deste modo que adquiriam conhecimentos e valores essenciais à sua formação.

Na época do Estado Novo, à esposa era-lhe incumbida a responsabilidade pela educação dos filhos, auferindo dependência econômica quase total do marido. Aliás, o pai surge como o único angariador de sustento familiar, se ele desaparece, não há dinheiro para comprar o necessário. Com as alterações sociais, a família sofreu grandes transformações, que já tinham sido encetadas noutros países já democratizados. Diminuiu o número de filhos por casal, o casamento tornou-se mais instável com um número crescente de divórcios, aumentando as famílias monoparentais e reconstruídas, as mulheres passaram a ter uma atividade profissional, estudarem até mais tarde, auferindo de independência econômica e relegando muitas vezes a maternidade para segundo plano.

Hoje, em família abordam-se temas que eram impensáveis no passado. Os pais já não são os senhores absolutos da lei e da ordem, nem os únicos cuidadores dos bens da família. Por seu turno, as mães não são unicamente as protetoras do lar e zeladoras da educação e formação dos filhos.

O Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI reforça que a família constitui o primeiro lugar de toda e qualquer educação e

assegura, por isso, a ligação entre o afetivo e o cognitivo, assim como a transmissão dos valores e normas.

Todavia, devido às exigências atuais, os pais cedo colocam os filhos em creches, chegam em casa exaustos de um dia de trabalho, têm ainda as lides domésticas ou trazem trabalho para casa. A criança é colocada sozinha a ver televisão ou a brincar sem um adulto que lhe dê atenção. A relação familiar centra-se prioritariamente nas necessidades físicas da criança, ou seja, na alimentação, na higiene, no descanso.

Desde criança que as novas tecnologias imediatamente as seduzem e permitem a aquisição de novos saberes. O seu conhecimento vai progredindo através das informações que recebe do meio onde se insere, do meio familiar, do grupo de pares, da escola, dos meios audiovisuais.

Enquanto jovens, o lazer e o convívio com os colegas têm uma importância primordial no seu processo de socialização e formação. As culturas juvenis são fortemente viradas para o lazer, de certa forma em oposição ao saber tradicional da escola e da família, que privilegia a ordem e a certeza, o ensino e a transmissão de conhecimentos e experiências entre pares.

Embora haja certa continuidade na transmissão de valores de pais para filhos, a verdade é que os jovens de hoje adquirem a sua identidade não só dentro, mas também fora da família, através de discursos variados que a escola e a família poderão ou não integrar. Todavia, a família não se pode demitir do seu papel e atribuir responsabilidades aos outros agentes educativos na formação dos seus descendentes.

2.2 A violência nas escolas como inadaptação social

Um ato violento só é de fato um problema se a maioria da sociedade o considerar que o é, ou seja, se for tipificado e reconhecido como tal.

A violência é na sua maior parte protagonizada pelos jovens, que se agrupam, formando sub-culturas, habitualmente no seio do tecido urbano, adquirindo formas de vestir, agir ou pensar muito características. Os hippies, os rockers, os skinheades, entre outros são exemplos bem conhecidos de grupos inadaptados aos padrões da sociedade.

Na cultura juvenil podem-se observar características muito comuns, tais como:

- a) A busca de identidade, procurando diferenças contrárias à geração antecedente;
- b) O questionar das idéias nas quais a sociedade se fundamenta na anuência das normas;
- c) Os jovens possuem uma série de capacidades e de ideais para criar e canalizar idéias inovadoras que fazem mudar a ordem da realidade já existente;
- d) Os jovens são os grandes consumidores dos meios informáticos e audiovisuais, sobretudo Internet, jogos por computador, televisão e música. A televisão é um dos meios que mais violência difunde e a criança ou jovem é o sujeito passivo que mais a consome. Muitas crianças vêem televisão e jogam jogos de caráter lúdico duvidoso, sem qualquer supervisão das figuras parentais. Constroem as suas personalidades de acordo com o que observam, com uma total ausência de discernimento do que é certo ou errado;
- e) A carência de bens mínimos como um trabalho, habitação, serviços sociais básicos, nomeadamente a quebra das redes de suporte familiar, sua desagregação ausência de valores essenciais dentro e fora da família, o meio onde vive, a escola que não exerce qualquer tipo de motivação, leva a que determinados indivíduos ou grupos cultivem a agressividade face à sociedade que gerou ou proporcionou déficits tão profundos e que fazem parte das suas vivências cotidianas.

Podemos assim aludir ao fato de vivermos num mundo capitalista, dominado pelo progresso. Caracterizado por uma uniformidade e generalização dos usos, costumes e bens que são amplamente difundidos na mídia. A uniformidade gera segregação, competição desenfreada, levando a indivíduos que não podem ter a qualidade de vida que desejam optem por caminhos menos lícitos.

A inadaptação social é devida à educação deficitária por parte da família ou pelo meio onde o jovem vive (bairro degradado, alcoolismo, droga e tráfico, prostituição, detenção familiar, violência doméstica, furtos, resolução de conflitos com recurso à agressão, precárias condições de vida) fazem com que os jovens adquiram condutas de acordo com o que vivenciam diariamente. São, portanto, jovens com ausência de referências positivas.

O conceito de inadaptção social é ambíguo e está amplamente ligado à educação social, na medida em que em sentido lato, esta está ligada à intervenção educativa em âmbitos de marginalização e inadaptção sociais.

3. COTIDIANO DAS ESCOLAS: ENTRE VIOLÊNCIAS

A expectativa social é a de que a escola atue no sentido da promoção e da difusão de condutas pautadas pelo respeito, pelo diálogo, pela valorização da escuta, configurando-se como um espaço de interações positivas entre os atores que nela convivem. A escola é um espaço público para a convivência fora da vida privada, íntima, familiar. E, na medida em que as pessoas se capacitam para a convivência participativa na escola, se dá um processo de aprendizagem em que elas aprendem a participar na vida social. Desse modo, uma escola onde alunos e adultos se tratam de maneira ofensiva e agressiva está na contramão dessas expectativas e atua no sentido contrário da aprendizagem para a vida social.

Quando se fala sobre as múltiplas violências ocorridas no espaço escolar, remonta-se ao embate aluno-aluno, entretanto não se pode esquecer que os membros do corpo pedagógico dos estabelecimentos de ensino também são potenciais vítimas e agressores.

3.1. Agressão verbal de alunos contra alunos e de alunos contra professores

Os dados desta pesquisa indicam que, de fato, a agressão verbal, atinge altas proporções de alunos, professores e demais integrantes da comunidade escolar.

Assim, entre os alunos as agressões verbais demarcam uma relação entre pares, mas as agressões verbais que envolvem os adultos têm a marca do desrespeito e do questionamento da autoridade deles, colocando em xeque o lugar da escola, suas normas e práticas.

De fato, paradoxalmente, a sala de aula, núcleo da dinâmica escolar e espaço privilegiado das relações interpessoais, configuram-se como um cenário de agressão contra a autoridade do professor e contra constituintes da vida escolar.

Também é necessário compreender as agressões de alunos contra professores dentro de um contexto mais amplo de questionamento da autoridade do professor e de crise de um

determinado modelo de educação e de escola que permanece arraigado a padrões tradicionais de relacionamento, ignorando a cultura juvenil. Dentro dessa perspectiva, a indisciplina e os ataques verbais de alunos a professores podem consistir em uma forma de reação a uma cultura escolar que nega aos alunos situações e espaços de expressão.

Uma escola em que o diálogo e a solidariedade não estão incorporados à prática cotidiana, acaba se transformando em um campo propício para a proliferação de agressões e de violência.

Nessa linha, é preciso dizer que, além dos professores, outros adultos da escola são vítimas de agressões verbais e desacatos por parte dos alunos. No entanto, para compreender de que maneira as agressões verbais estão incorporadas à dinâmica das relações sociais nas escolas, é fundamental considerar que a agressividade entre alunos e adultos não é unidirecional. Ou seja, existe agressão entre alunos, assim como há adultos que são agredidos por alunos, mas também há vários relatos de estudantes que são agredidos por professores, funcionários e até diretores.

3.2. Agressões verbais de professores contra alunos

De modo geral, os adultos têm uma tendência a negar que podem ser agentes de agressão verbal contra alunos ou tentam diminuir a relevância de tais acontecimentos. Eles costumam afirmar que, por exemplo, é raro um professor tratar mal um aluno, já que, segundo eles, as situações conflituosas geralmente são resolvidas pelo diálogo e não pelo embate.

Apesar disso, são vários os relatos de alunos que dizem que os professores os tratam de maneira grosseira, indicando que a agressividade verbal está incorporada ao modo como alguns docentes se dirigem aos alunos. Há relatos de situações em que os alunos são desqualificados por seus próprios professores.

Quando o professor é o agressor, verifica-se a falta de exercício do papel positivo de educador, o auto-respeito e a quebra de contrato com sua profissão. Em todos os casos, com diferentes gradações e sentidos se violenta a educação. Uma característica marcante da

agressão verbal por parte dos adultos da escola é a tendência em evidenciar uma visão negativa dos alunos, revelando uma total falta de expectativa em relação aos mesmos.

O educador é responsável pela consciência do outro como educando. Assim, o trabalho educativo do professor não pode conter o rancor, a rispidez, o mau humor, o desrespeito, o cinismo, o autoritarismo que humilha e envergonha. Enfim, o professor deve ensinar a condição humana individual e coletiva.

Neste capítulo evidenciamos a importância de se considerar a multiplicidade de fenômenos envolvidos nas manifestações da violência na escola como uma forma de, efetivamente, entender o que se define por violência escolar. Em outros termos, não se pode restringir a análise da violência no ambiente escolar às violências mais duras (os crimes e/ou delitos), pois se peca por disseminar uma concepção incompleta desse conceito.

Daí a relevância de se considerar a questão das agressões verbais identificadas como um tipo de violência que não somente atormenta, mas também agride seriamente, permeando as relações interpessoais, passando a determinar a forma como os membros da comunidade escolar se comunicam e interagem entre si, dentro de um espectro de agressividade que envolve xingamentos, ofensas, insultos, difamações, desacatos e visões preconceituosas apoiadas em estereótipos.

3.3. Agressão Física

Desvendar as singularidades das agressões físicas ocorridas no espaço escolar requer o entendimento das nuances de se envolver nessas disputas. Há que se analisar como os jovens percebem a transição entre apanhar e bater.

Agredir fisicamente o outro, dar bordoadas, é uma estratégia de um código de conduta que trabalha especialmente com duas idéias, opostas porém complementares: é honroso bater, enquanto apanhar seria assumir o papel do mais fraco. As brigas são

legitimadas por uma cultura da violência, a qual estimula e apóia a disseminação de atos agressivos no ambiente escolar.

Além da violência propagada individualmente entre os alunos, também é possível a sua manifestação de forma coletiva, por meios de grupos, que não necessariamente seriam gangues, mas que se juntam especificamente para acertar contas com o rival.

São comuns os alunos afirmarem que agredem para se defenderem, ou seja, que revidam a agressão sofrida. Nesses casos não há propriamente papéis em separado, já que ao se revidar não se assume a postura passiva, ilustra-se que não há apenas casos com um agressor e uma vítima indefesa. Muitos alunos que apanham também batem, revidam numa combinação de ação e reação.

Tem-se que nas escolas, as brigas entre esses podem ser desencadeadas por uma diversidade de motivos. Qualquer fato que crie algum desconforto, alguma desavença é motivo para alterações entre eles.

Ainda que seja importante delimitar lugares onde ocorrem os casos de agressão física, considerando a possibilidade de medidas preventivas, as brigas – enquanto fenômeno sociológico – não têm necessariamente uma espacialização definida, podendo ser originadas em um lugar e concluídas em outro.

Embora as motivações para a maior parte das brigas estejam relacionadas a questões que podem se dar no cotidiano, e por incivildades, em geral, elas geram conflitos.

As agressões físicas também podem ter como ponto de partida elementos de uma linguagem corporal que os alunos estabelecem entre si, não precisando necessariamente que palavras sejam ditas.

Em uma outra linha, destacamos o componente cultural, a questão de valores, como a valorização de ser valente, como uma forma de obter credibilidade, respeito e poder entre os demais e receber destaque, especialmente quando suas ações despertam sentimento de insegurança em outrem.

3.4. Armas na Escola

A presença e o uso das armas nas escolas é tema privilegiado por crescente literatura internacional e nacional. Considera as armas um construto de violências com dois gumes: a arma gera violências extremas, como ferimentos e mortes; e é um tipo de violência em si mesma, tanto contra sujeitos individualizados – um colega, um professor – através da intimidação e medo, como contra a instituição escolar, que sendo a casa da razão é violentada por uma linguagem que exclui a comunicação, o diálogo, apelando para a imposição da força.

Mas ao se analisar o contexto da escola e os distintos tipos de violências que nela se dão, evidencia-se que há que considerar armas por referência ampliada, já que essas não se configuram como a única violência, nem necessariamente a mais pronunciada em termos estatísticos se comparada com outras ocorrências.

Ainda que não se possa perder a perspectiva da interação entre porte de armas e uso de armas com outras violências e que sua disseminação na escola acompanhe o crescimento desse fenômeno em outros ambientes, na sociedade, há que enfatizar o seu sentido singular para a escola e seus efeitos para o seu clima, como sublinham Abramovay e Rua ¹⁴(2003, p. 56): “A presença de qualquer tipo de armamento sinaliza não somente violências efetivas e explícitas, mas, também, cenários que banalizam violências, já que as armas, mesmo quando não acionadas, tornam-se constituintes do próprio cenário escolar”.

O fato das armas – de fogo ou não – estarem generalizadamente associadas às ocorrências violentas nas escolas contribui para disseminar o sentimento de insegurança e para naturalizar o seu porte, assim como para justificar a sua adoção como instrumento de defesa. Em outras palavras, mesmo que as armas de fogo não assumam uma predominância absoluta, assusta a sua presença na escola.

Alerta-se sobre a importância de especificar que tipos de armas são mais comuns nas escolas. O fato de que o canivete e o estilete se sobressaiam, sugere que essas são armas de mais fácil aquisição, mais barata, pode ser escondida com mais facilidade, e muitas vezes não é considerada como arma, podendo passar como utensílio para outros usos.

¹⁴ Miriam Abramovay & M das Graças Rua. **Violência nas escolas: versão resumida**, p. 56.

Apesar do aumento da presença de armas nas escolas, esse fenômeno é um processo e a sua consideração como tal pode melhor colaborar no seu controle e não na sedimentação de uma cultura de violência. De fato, alguns professores ressaltam que a presença de armas na escola não é um fato recente, apontando que a violência, também por ela representada, já faz parte do cotidiano escolar há um bom tempo.

A violência escolar combina elementos internos ao ambiente escolar e mais uma série de condicionamentos externos, de vários campos e esferas das quais o indivíduo participa.

Da associação entre armas e violência pode resultar um sentimento de insegurança por parte dos membros da comunidade escolar. A escola passa a ser vista como um lugar desprotegido, dentro do qual se está facilmente suscetível a episódios violentos, especialmente se nela não se pode contar com mecanismos de proteção.

3.5. Furtos / Roubos

Furto e roubo são termos que se confundem, apesar de na linguagem penal terem diferentes acepções. A principal diferenciação entre uma e outra infração é que o furto é realizado sem o uso de arma, e o roubo pressupõe uma coação. O Código Penal dispõe nos seus artigos 155 e 157, *in verbis*:

Furto

Art. 155 Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel.

Roubo

Art. 157 Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzindo à impossibilidade de resistência:

É mais comum se falar em roubo, mesmo quando o ato não envolve relação de coação. O furto é um tipo de ocorrência comum nas escolas. Segundo os depoimentos dos

alunos, a prática de furtar materiais escolares ou qualquer outro objeto é uma prática tão constante que já faz parte da rotina.

O chamado furto simples é aceito, banalizado e encarado como um ato de pegar por pegar, desconsiderando-se o caráter de incivilidade e os possíveis danos que causam ao outro.

O furto é considerado um ato de incivilidade, de desordem pública. As incivilidades são atos que rompem as regras elementares da vida social. Quando estes atos são repetitivos e ficam impunes, a idéia de cidadania e de confiança nas instituições é enfraquecida, quebrando o pacto social das relações humanas e as regras de convivência.

Neste sentido Abramovay apud Debarbiex¹⁵ (2003, pg. ,24) também alude sobre o fato, uma vez que, “considera que as incivilidades, classificadas por ele como violências anti-sociais e antiescolares, podem ser traumáticas, sobretudo quando se dão de forma banalizada são silenciadas, visando proteger a escola”.

As vítimas de incivilidades sentem-se desprotegidas, o que pode levá-las a deserdar de espaços coletivos (como a escola). A proliferação de incivilidades também pode ser a porta de entrada para violências mais duras.

Os possíveis significados sociais do furto e suas implicações éticas são deixados de lado com a frequência desses atos, alimentando um sentimento difuso de insegurança. No entanto, quando se pergunta aos alunos se existem furtos em suas escolas, a maioria declara que sim. Conforme apresentado na tabela 1, 35% dos alunos, um montante equivalente a 53 alunos, afirmam existir roubos na escola. Cerca de 1/3 dos alunos se eximem declarando que não sabem se existe roubo na escola e 3% são mais categóricos negando a existência desse ato.

Em lugar de se usar a palavra roubar, é comum recorrer aos termos pegar, sumir com algo e esconder, ou considerar que se trata de brincadeira de aluno, que é normal, desqualificando o ato, mas também indiretamente minimizando a responsabilidade da escola em coibir tais atos.

¹⁵ Miriam Abramovay & M das Graças Rua. **Violência nas escolas: versão resumida**, p. 24.

O furto de material é uma ocorrência peculiar ao espaço escolar, e pode indicar que os alunos não têm condições de comprar o material básico para freqüentar as aulas, ou que as expectativas em termos desses utensílios estão acima das possibilidades das famílias, mas também pode sugerir uma orientação consumista ou desejo de ter os objetos que os colegas têm.

Também os professores são vítimas de furtos, ainda que não no mesmo nível que os alunos. Quando um professor é furtado, além do significado em si de transgressão, corta-se o sentido da relação entre professores e alunos, sendo rompidos a hierarquia e os limites.

É comum a omissão institucional, não se comprometendo a direção, mesmo quando os casos são levados ao seu conhecimento e a vítima pede atenção, o que pode colaborar para um sentido de impunidade e conseqüentemente a reprodução de outras transgressões de igual teor. Tal omissão por parte da escola contribui também para o aluno se sentir só, inseguro e sem proteção, desacreditando na escola.

Aliás, é comum não se considerar furtos como uma violência. A prática de furtos se pauta por satisfazer demandas de uma sociedade de consumo, da exigência de estar na moda, ter os objetos comuns e apreciados no grupo, que dão status, o que mais empresta complexidade ao que se entende por necessidade, em particular em se tratando de cultura juvenil em um período pautado por valores consumistas.

3.6. Tipos de Violências

A agressão mais comum nas escolas, nos três grupos pesquisados são as violências verbais, principalmente de aluno contra aluno, onde 92 % dos alunos, 100 % dos professores e 83,3 % dos diretores afirmam que já as presenciaram.

Quando a questão é o furto há uma divergência entre os três grupos em relação às agressões verbais – estas caem em média 40 pontos percentuais das anteriores. As diferenças abrangem a percepção sobre furtos nas escolas, sendo 28,5% na percepção dos professores,

35,3% na visão dos alunos e 66,6% na percepção dos diretores. Isso nos instiga a afirmar que muitos dos casos ficam restritos apenas à gestão da escola.

A presença de armas é menos comum nas escolas, consta dos dados que tanto alunos quanto professores e diretores já vivenciaram situações de violência. Assim, 14% em média já presenciaram o uso de armas dentro das escolas. Mesmo não sendo um alto número, é preocupante a incidência de armas nos atos de violência dentro das escolas. É mister mencionar que de acordo com os números, os casos de violência ocorrido nas escolas nem sempre chegam ao conhecimento dos professores e direção.

Mais uma vez se enfatiza que a violência escolar, cada vez mais, é um fenômeno difuso que engloba vários tipos de estabelecimentos e que, se ela não se materializou, pode vir a se realizar, não bastando mapear sua existência hoje, mas ter como alerta a sua possibilidade amanhã, o que pede cuidado no/com o cotidiano das escolas e o enfoque da violência como estado e processo, e não somente atos.

Tal aparente contradição pode corroborar o que se enfatiza em outras pesquisas da UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura) sobre violências nas escolas (Abramovay e Rua, 2003), isto é, a banalização da violência, sua integração ao cotidiano, de modo que nem toda violência é reconhecida como tal.

3.7. Ações, Reações e Omissões na Escola.

3.7.1. Medidas de Caráter Punitivo e / ou Repressivo

As punições se constituem em um tema estreitamente relacionado ao sistema de regras existentes na escola e se aplicam em casos que vão desde indisciplina, comportamentos não sancionados até aqueles relacionados às violências.

Pouco menos da metade dos alunos afirmam que presenciaram algum tipo de punição, é um percentual elevado, se considerarmos que aproximadamente dois em cada cinco alunos dizem ter ocorrido algum tipo de punição, como se verifica na tabela – 1.

As alternativas de punições acionadas pelas escolas são as mais variadas e não têm, necessariamente, uma equivalência direta com o tipo de atos realizados pelos alunos, sendo que em muitos casos uma punição mais severa é aplicada em casos de indisciplina ou comportamentos que violam as regras da escola. O que sugere certa indeterminação que pode banalizar, confundir os alunos, enfraquecer a legitimidade da ação da escola e até mesmo incentivar certo autoritarismo.

No que se refere aos alunos que já foram punidos, percebe-se na tabela - 2 que as duas punições mais freqüentes são a advertência da coordenação/direção, que corresponde a 71,3% dos casos percebido pelos alunos. As outras providências tomadas são o comparecimento de mãe, pai ou responsável (62,6%). Em seguida, aparecem a expulsão e suspensão (39,3%), encaminhamento ao Conselho Tutelar (33,3%) e transferência (30%).

De acordo com alguns alunos, não há necessariamente uma relação entre os vários tipos de punição, ainda que indiquem a existência de uma gradação entre essas, sendo algumas mais comuns, como por exemplo, a advertência verbal.

Outra punição mais recorrente é o comparecimento dos pais ou responsáveis à escola, o que pode ter diferentes sentidos, como o de estabelecer uma relação ente a escola e a família, tentando evitar uma punição mais severa.

Mas também pode significar a transferência para os pais da responsabilidade de disciplinar o aluno. O recurso de chamar os pais à escola é também acionado para os casos que envolvem agressões físicas entre alunos.

O envolvimento dos pais é valorizado pelos membros do corpo pedagógico, os quais costumam ressaltar que os pais tendem a não se envolver na vida escolar de seus filhos, pois, muitos pais matriculam o filho e nem na escola aparecem para saber de nada. Assim, chamar os pais em casos de indisciplina e violências é considerado uma forma de obrigar a participação dos pais na educação dos filhos.

A suspensão também foi largamente mencionada pelos alunos, sendo aplicada especialmente nos casos que envolvem agressões físicas. Alguns adultos advertem que a

suspensão só é utilizada em último caso, quando outra forma de resolução não se mostra eficaz.

Os alunos tendem a considerar que a suspensão e a expulsão, atos que admitem extremos, são mais eficazes, em particular quando as indisciplinas e violências são recorrentes, o que sugere certa cumplicidade dos jovens em uma perspectiva punitiva severa contra eles próprios, o que já dificulta a crítica e o investimento em uma outra linha de negociação de conflitos.

A transferência para outra escola é uma medida punitiva, considerada como de tipo extremo. Em certos casos, a escola incentiva que os pais tomem a iniciativa da transferência, uma vez que por si só a escola não pode fazê-lo, sob o risco de ferir o que está determinado no Estatuto da Criança e do Adolescente que, em seu artigo 53, advoga que a criança e o adolescente têm direito à educação e que a eles devem ser assegurada igualdade de condições pra o acesso e permanência no estabelecimento de ensino.

Há determinados tipos de punição que não ocorrem como atos isolados mas como parte de um processo, ou seja uma cadeia de punições que desembocam em suspensões e expulsões.

Uma das instâncias a qual se recorre é o Conselho Tutelar. Note-se que o Conselho Tutelar tem por objetivo fazer com que os direitos das crianças e dos adolescentes sejam efetivamente cumpridos. Atua como um agente fiscalizador da família, da sociedade e do poder público, no sentido de verificar se estão assegurando a efetivação dos direitos previstos na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Nessa perspectiva, em princípio o Conselho não pode ser chamado à ação no intuito de penalizar o aluno, já que sua natureza não é repressiva.

Espera-se que a ameaça de uma punição impeça a reincidência e, professores indicam que um tipo de ameaça aos alunos é levá-los ao Conselho Tutelar, o que sugere que no imaginário quer dos adultos, quer entre os alunos, tal Conselho teria um caráter punitivo e de repreensão tanto das crianças e jovens quanto de seus pais. Minimiza-se assim a função dessa instituição, que é proteger e fazer cumprir os direitos da criança e do adolescente.

O Encaminhamento à Delegacia de Polícia mostrado na tabela-.2, o qual aparece em último lugar, em média 17,3%, nos três grupos pesquisados na modalidade medida de punição para os casos de violência ocorrido dentro das escolas, na maioria das vezes gira em torno de ameaças de morte tanto aos colegas/alunos quanto aos professores. Este, geralmente, é o último recurso a ser usado pela escola no que diz respeito a violência escolar.

3.7.2. Entre Punições e Omissões

Nem sempre a escola busca alguma forma de resolução dos conflitos ou reage quando da ocorrência de algum ato violento. Existem escolas que se omitem e não tomam providência.

A omissão pode ser justificada pelo despreparo dos professores para lidar com situações de violência na escola, seja no seu interior ou nas suas imediações.

Compreende-se, assim, que nem a postura omissa e nem a repressão por parte da escola, através do controle excessivo de lugares e comportamentos, contribuem para o efetivo enfrentamento dos casos de violências e de outras situações que requerem algum tipo de ação escolar.

A escola é uma instituição à qual, em princípio, todos os indivíduos devem ter acesso e possibilidade de freqüentar. Por isso, é tão comum que todos falem e reflitam sobre a mesma. Na nossa sociedade, a escola é um local de aprendizagem e socialização. Funciona também como um passaporte de entrada e integração na sociedade, bem como pode criar condições que possibilitem às pessoas uma vida melhor.

3.8 São Apontadas Como Causas de Violência

As causas da violência na escola: a ótica dos atores ao serem solicitados a dar sua opinião sobre as causas da violência nas escolas, fenômenos que vem aumentando nos últimos

anos, os alunos apontaram os principais motivos, sendo em primeiro lugar o contexto social/sociedade, em segundo lugar a negligência da família e por último a mídia.

3.8.1 A Sociedade

Ambientes sociais desfavorecidos levam à disseminação da violência. Esta é uma percepção mais ou menos generalizada em nossa sociedade. O que uma grande parte das pessoas não considera é a relação inversa: como os ambientes violentos vêm desfavorecendo as comunidades nas quais estão inseridos? A escola pode ser um bom demonstrativo dessa inversão. Estudo realizado em escolas de Belo Horizonte pelo CRISP - Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública, órgão ligado à UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), composto por pesquisadores da Universidade e de órgãos públicos envolvidos com o combate à criminalidade da UFMG - verificou que a instituição escolar vem perdendo seu caráter transformador e seu poder de antídoto da violência para sofrer vandalismo e depredações, tornando-se um retrato do crescimento desordenado desta mesma violência.

3.8.2 A Família

É neste núcleo que as crianças e jovens adquirem os modelos de conduta que exteriorizam. A pobreza, violência doméstica, alcoolismo, toxicod dependência, promiscuidade, desagregação dos casais, ausência de valores, detenção prisional, permissividade, demissão do papel educativo dos pais, etc., são as principais causas que deterioram o ambiente familiar. Normalmente, os indivíduos que vivem estas problemáticas familiares são sujeitos e alvos de violência.

Há famílias que participam diretamente na violência que ocorre nas escolas. Impotentes para lidarem com a violência dos seus descendentes, acusam os professores de não «domesticar» os seus filhos, instigando a agressividade e, em extrema instância tornam-se eles mesmos violentos, agredindo os professores e funcionários.

A família também foi profundamente criticada pela maioria dos professores. A principal crítica refere-se ao fato de que essa instituição delegou quase que inteiramente à escola seu papel de formar esse jovem. Acusaram ainda a sua pouca participação na educação, no diálogo franco, na presença afetiva, e na colocação de limites junto aos filhos. A família foi incriminada, muitas vezes, pelos professores, como uma instituição violenta, sobretudo pela atitude ausente dos pais no cotidiano dos adolescentes, na sua vida escolar e nas etapas de seu crescimento e desenvolvimento.

3.8.3 A Mídia

A mídia, em particular a televisão, foi apontada pelos adolescentes como uma das causas da violência nas escolas, sobretudo por noticiar os acontecimentos de jovens atirando em seus colegas nas escolas norte-americanas, e usar a violência para buscar pontos no IBOPE. Ao veicular excessivamente cena de agressão praticada por esse grupo etário, de algum modo pode constituir-se em fator de risco para o comportamento agressivo. Para a maioria dos alunos, seja pela via da glamourização do criminoso, pela glorificação das armas de fogo, ou pela violência interpessoal que caracteriza alguns gêneros televisivos, principalmente quando não há o adequado debate sobre a violência, a televisão facilita e influencia para a adoção de atitudes agressivas.

Vários depoimentos deram conta de que a televisão serve como fonte de informação, mas também incita à novas interpretações da violência, pela reapropriação que o jovem faz dessa informação. Esses usos dos meios de comunicação são compreendidos como mediações entre a televisão e espectador, produzindo no imaginário da juventude novos sentidos sobre a violência.

Reflete-nos também o poder que esse meio possa exercer sobre as mentes dos mais novos, demonstrando que a idade também é um fator de mediação nessa relação, conforme vem apontando alguns estudos psicológicos. Os desenhos animados, os filmes e os jogos de computador também foram lembrados como sendo violentos.

Para grande parte dos professores entrevistados a televisão constitui um problema, seja porque esse meio influencia o jovem a adotar comportamentos consumistas, seja pela

crescente erotização da programação ou por veicular a violência de forma banalizada. Contudo, o mais grave é a substituição do convívio familiar pela programação da televisão. Pais que possuem pouco tempo para estar com os filhos delegam ao aparelho televisivo a conversa que não travam.

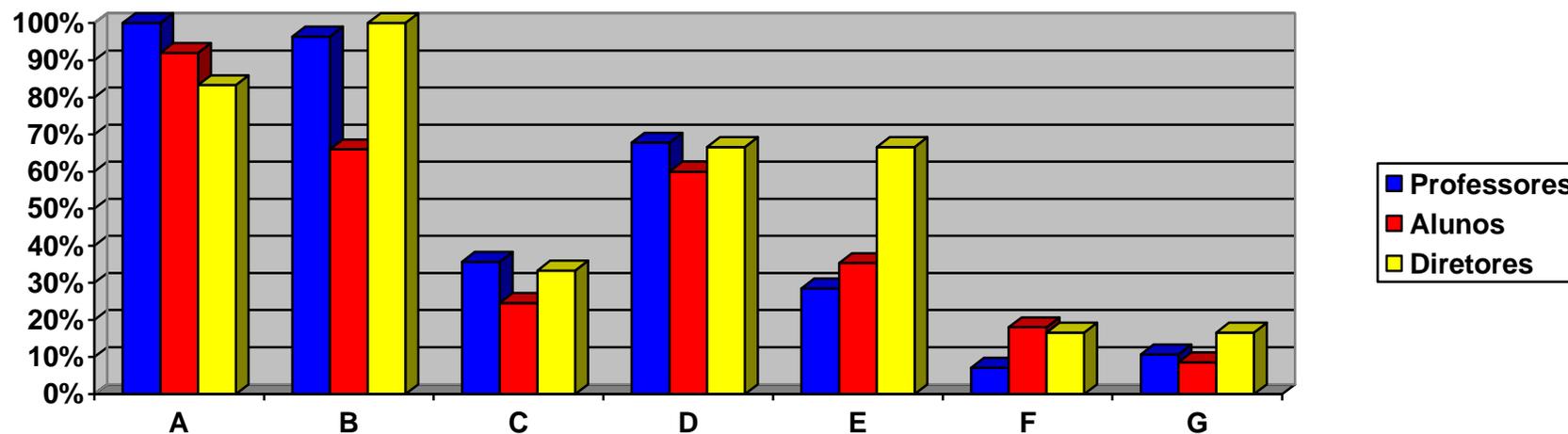
Segundo os professores entrevistados, a sociedade e os meios de comunicação de massa também divulgam modelos de sucesso que seriam alcançados por meio de outros mecanismos sociais (que não a escolarização) e aqueles eticamente condenáveis. Esses maus modelos teriam um poder nefasto para a consolidação do caráter desses jovens, constituindo-se, portanto, num sério risco à sua formação. Seriam eles os que vendem uma idéia de sucesso econômico e fama fácil, que não passam pelos canais da escolaridade, do conhecimento, do valor pelo trabalho e pelo estudo.

Para demonstrar com maior eficácia o resultado da pesquisa qualitativa e quantitativa, as tabelas e os gráficos abaixo evidenciam com maior objetividade: os tipos de violência presenciada, as providências tomadas e a atribuição ao surgimento da violência em 6 (seis) escolas do Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano da cidade de Rubiataba-Go.

Tabela – 1

Tipos de violência presenciada:	Professores	%	Alunos	%	Diretores	%
Agressão verbal aluno contra aluno	28	100	138	92	05	83,3
Agressão verbal aluno contra professor	26	96,4	99	66	06	100
Agressão verbal professor contra aluno	10	35,7	37	24,6	02	33,3
Agressão física	19	67,8	90	60	04	66,6
Roubo/furto	08	28,5	53	35,3	04	66,6
Uso de arma	02	7,14	27	18	01	16,6
Outros	03	10,7	13		01	16,6

Gráfico – 1

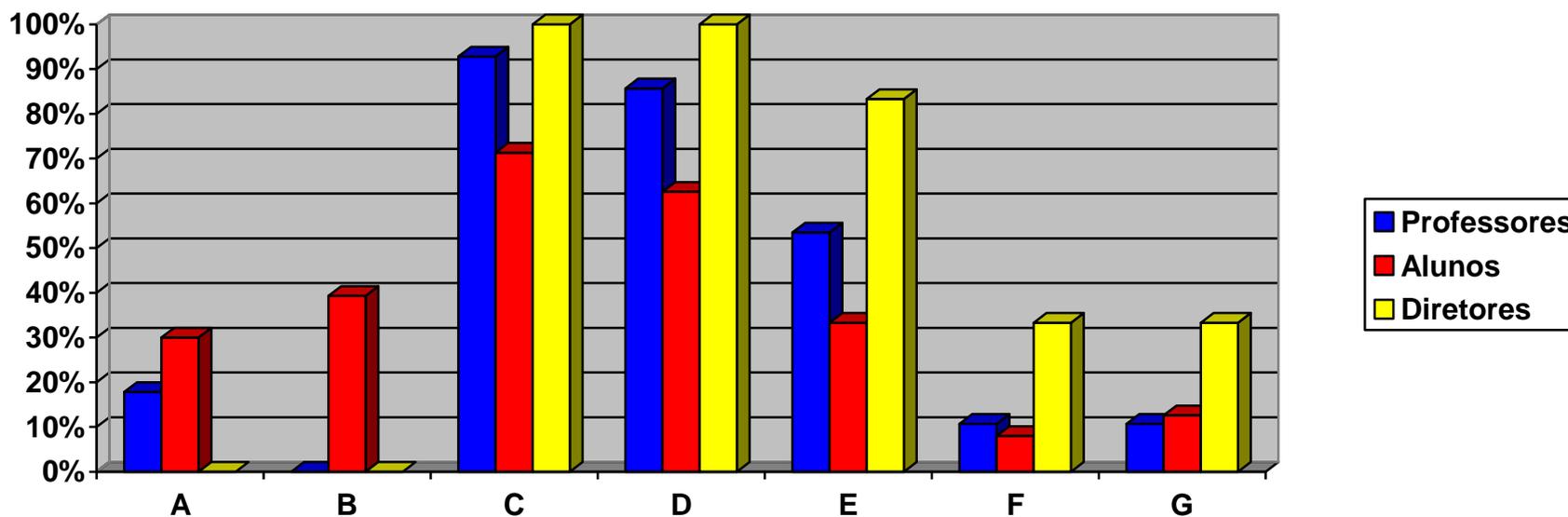


A: Agressão verbal aluno contra aluno **B:** Agressão verbal aluno contra professor
C: Agressão verbal professor contra aluno **D:** Agressão física
E: Roubo/Furto **F:** Uso de armas
G: Outros

Tabela - 2

Providência tomada:	Professores	%	Alunos	%	Diretores	%
Transferência	05	6,6	45	11	00	00
Expulsão e suspensão	00	00	59	15	00	00
Advertência da coordenação/direção	26	34,2	107	28	06	100
Conversa com pai/mãe/responsável	24	31,5	94	25	06	100
Encaminhamento ao Conselho Tutelar	15	19	50	13	05	83,3
Encaminhamento à Delegacia de Polícia	03	04	12	03	02	33,3
Outros	03	04	19	05	02	33,3

Gráfico - 2

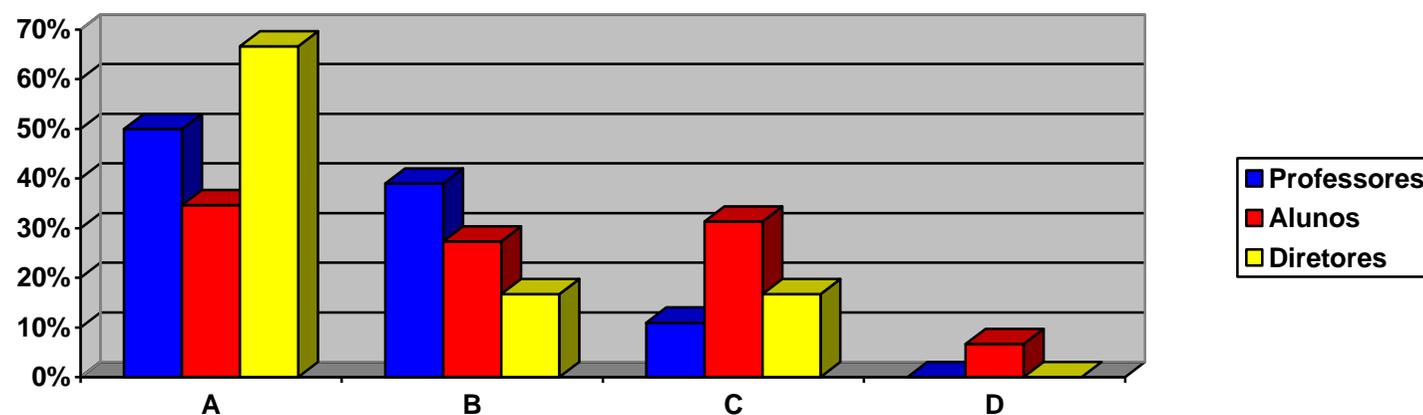


A- Transferência	B- Expulsão e suspensão
C- Advertência da coord/direção	D- Conversa com pai/mãe/responsável
E- Encam. Ao Conselho Tutelar	F- Encaminhamento à Delegacia de policia
G- Outros	

Tabela -3

Atribuição ao surgimento da violência	Professores	%	Alunos	%	Diretores	%
Violência vem da sociedade	14	50	52	34,67	04	66,6
Violência vem da família	11	39	41	27,33	01	16,7
Violência vem da mídia	03	11	47	31,33	01	16,7
Outros	--	--	10	6,67	--	

Gráfico -3



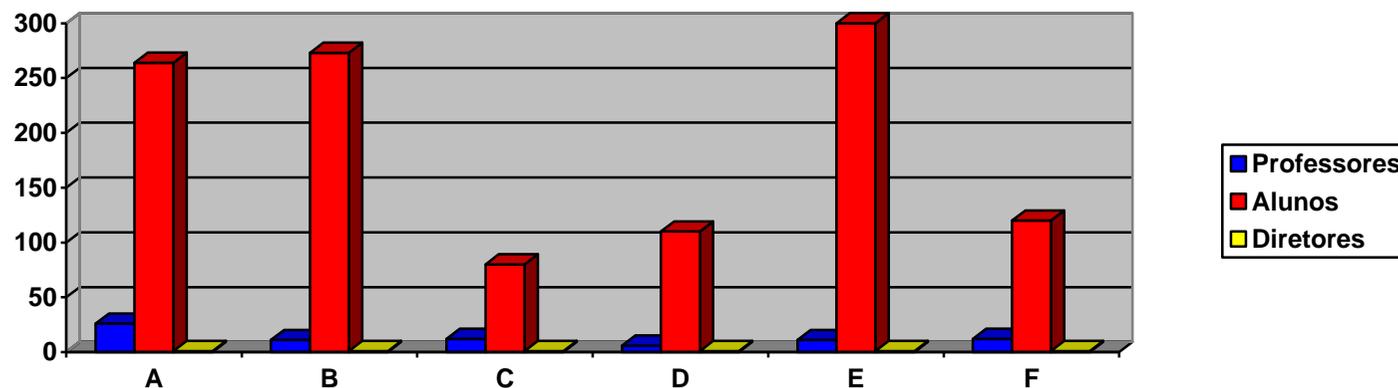
A: Violência vem da sociedade
 B: Violência vem da família
 C: Violência vem da mídia
 D: Outros

Tabela - 4

UNIDADE ESCOLAR	PROFESSORES	ALUNOS	DIRETORES
Colégio Estadual Gilvan Sampaio	26	264	01
Colégio Estadual Levindo Borba	11	273	01
Colégio Est. Raimundo S. Amaral	12	80	01
Escola Estadual José Custódio	06	110	01
Escola Est.. Pedro Alves de Moura	11	300	01
Escola Estadual Oscar Campos	12	120	01
Total	78	1147	06
Total pesquisado	28 (35%)	150(13%)	06(100%)

* Fonte: Subsecretaria Regional de Educação de Rubiataba

Gráfico - 4



A: Col. Est. Gilvan Sampaio
B: Col. Est. Levindo Borba
C: Col. Est. Raimundo S. Amaral
D: Esc. Est. José Custódio
E: Esc. Est. Pedro Alves de Moura
F: Esc. Est. Oscar campos

4 - JUSTIÇA E EDUCAÇÃO CONTRA A VIOLÊNCIA

Com este trabalho, procuramos identificar pistas que possam contribuir com propostas para a prevenção da violência. Cabe sublinhar que buscamos o sentido atribuído às práticas de violência, como agressões físicas e verbais, furto/roubo e uso de armas no ambiente escolar, citado por educandos e educadores, e a inter-relação entre essas práticas e as instituições que cumprem um papel de socialização dos jovens: escola e família. Embora não se trate de um estudo de recepção, alunos e professores, ao atribuírem à mídia uma parcela significativa de responsabilidade no incremento da violência, podem oferecer possibilidades de compreensão de como a violência na mídia é recebida e interpretada por esses atores. Dada a centralidade que hoje dispõem os meios de comunicação na sociedade, buscamos também refletir sobre novas estratégias para o enfrentamento da violência a partir de sua interseção no cotidiano da escola.

A prevenção deve focar a criação de uma cultura de paz dentro da escola. Isso tem que ser implementado muito além das grades, numa estratégia de longo prazo. Um plano de prevenção à violência deve ser elaborado de modo apropriado, onde uma estratégia para crianças do Ensino Fundamental não deve ser transportada para lidar com adolescentes. Acreditando que começando cedo no Ensino Fundamental de forma que o bom comportamento aprendido precocemente seja fortalecido através dos tempos chegando até o final do Ensino Médio. Buscar intervenções para alunos em situação de risco ajudará a suprir as necessidades dos estudantes com problemas mais graves. Faz-se necessário envolver pais e famílias no plano de prevenção à violência. Certos de, crianças que acreditam na importância da escola e que permanecem por mais tempo são menos suscetíveis a problemas de comportamento quando adolescentes e adultos.

4.1. Programas educativos e a violência na escola

Verifica-se, portanto, que não só estamos em uma sociedade violenta, mas também, por uma ótica diferenciada, em uma estrutura educacional violenta e excludente. Desta forma, faz-se urgente proporcionar na escola a cultura da não violência, formando educandos com valores, atitudes e comportamentos que possibilitem uma Cultura da Paz.

Há certa discussão em torno da violência na e da sociedade ter sido transposta para a escola que é vítima ou foi atingida por tal violência. A escola passa a ser um local que não escapa à violência social e, na verdade, não poderia ser diferente, pois a escola é um lugar social e, nesse sentido, retrata a sociedade e seu funcionamento.

Dada a constatação do aumento da violência nas escolas, o tema que tem alcançado o interesse da mídia tomou conta das políticas educacionais para lidar com o problema. Assim, nosso objetivo incide em examinarmos um programa educacional da rede de ensino do Município de Rubiataba dentro do espaço escolar que pretende proporcionar a criança/adolescente cultura, lazer e outras atividades que o acolhem em suas necessidades sociais, permitindo uma diminuição da violência manifesta nas escolas.

Através das reformas educacionais, os programas ou projetos políticos educacionais surgem tentando resolver alguns problemas encontrados nas escolas, como a questão da evasão ou a questão da violência, ou mesmo com a intenção de seguirem as recomendações das reformas no ensino (Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

Para promover uma plena inclusão social das crianças e adolescentes, é necessário tornar a escola sensível e atenta aos conflitos, com coragem de lidar com essas questões de maneira a gerar mudanças na dinâmica escolar e social.

Uma escola que reflete sobre sua função social aprende e pode ser ponto de partida e de chegada para processos efetivos de inclusão social. Ela possibilitará que crianças e jovens construam sentido para suas vidas, prevenirá a violência e a marginalização social e abrirá a possibilidade de recuperação do adolescente em conflito com a lei. Na escola, ele poderá encontrar o espaço de acolhimento e de reflexão sobre as razões e conseqüências de seu ato, permitindo-lhe reavaliar sua conduta e seu modo de ação no mundo.

A parceria entre a Justiça e a Educação pode contribuir na realização dessa meta, desfazendo a associação entre jovens e violência, e capacitando atores sociais na escola e comunidade para lidar de forma produtiva com situações de conflito envolvendo alunos, educadores e membros da comunidade na prática da Justiça.

Contribuir para a redução de violência nas escolas, por meio de ações educativas integradas entre as áreas da Justiça e da Educação a partir do envolvimento dos educadores nas práticas dos Círculos Restaurativos, é uma idéia para ser pensada em nosso município e estado.

A região de Guarulhos no Estado de São Paulo desenvolve um projeto¹⁶, projeto este que visa implantar nas escolas Círculos Restaurativos, isto é, espaços de diálogo e de resolução não-punitiva de conflitos, por meio de acordos definidos em conjunto pelas partes envolvidas.

A implantação deste Projeto em 8 escolas estaduais da região de Guarulhos propiciou a capacitação de 200 educadores (professores coordenadores, supervisores de ensino, assistentes técnico-pedagógicos), alunos e membros da comunidade por meio de oficinas, encontros nas escolas e seminários de mobilização com a presença dos Juízes das Varas de Infância e da Juventude dessas localidades e membros da rede de atendimento com ênfase na promoção de atividades de orientação e apoio às famílias e ao protagonismo juvenil.

Tendo como princípios o diálogo horizontal e a escuta mútua, o Círculo Restaurativo é um espaço de poder compartilhado onde as pessoas participam de livre e espontânea vontade.

Nos Círculos Restaurativos, a resolução dos conflitos não focaliza as pessoas da vítima ou do agressor, mas sim, as causas que provocaram os conflitos, envolvendo a comunidade na compreensão e superação das mesmas. Procura ainda fortalecer a capacidade das escolas funcionarem de maneira sistêmica, em rede com outras organizações e instituições da comunidade, em especial o Fórum e o Conselho Tutelar, para garantir os direitos básicos das crianças, adolescentes e familiares.

Percebemos que, quando uma Escola decide programar Círculos Restaurativos ganha em qualidade nas relações que se estabelecem uma vez que possibilita a criação de outros padrões nas relações, baseados na lógica do entendimento e do acolhimento às diferenças, considerando, ainda, necessidades e sentimentos.

¹⁶Disponível em: http://www.cecip.org.br/cecip/arquivos/programas_forum_je.doc Acesso em 08 set. 2007.

No ano de 1999, a Organização das Nações Unidas – ONU, por meio do seu Conselho Econômico e Social, passou a recomendar a adoção da Justiça Restaurativa a seus estados Membros, conceituando-a como um processo em que todas as partes envolvidas em um ato que causou ofensa reúnem-se para decidir coletivamente como lidar com as circunstâncias decorrentes desse ato e suas implicações para o futuro.

Assim, a Justiça Restaurativa¹⁷ passou a ser vista como uma alternativa à justiça punitiva tendo como foco reparar ou amenizar os danos gerados por um determinado crime e, como o próprio nome diz, restaurar as relações entre as pessoas envolvidas.

É preciso esclarecer, no entanto que, essa proposta, não se resume à busca de reparação patrimonial. A metodologia que o Projeto Justiça e Educação estão construindo fundamenta-se na concepção de Justiça Restaurativa que, além de reparar danos sofridos pelas partes afetadas e interessadas (receptor, autor do ato, comunidade), possibilita que se lide com causas e conseqüências da ofensa, promova a participação e responsabilização de todos na construção da Justiça, fortalece as redes comunitárias e influencia na mudança de papéis governamentais.

4.2. Escola, prevenção à violência e grêmios estudantis.

A construção da vida escolar deve envolver todos os atores nela presentes – professores, diretores, pais e alunos. Estes últimos desempenham um papel fundamental na prevenção à violência, que alcança não apenas a escola, mas também a própria comunidade, uma vez que é integrante desta. Apesar de freqüentemente esquecida, a escola é um lugar público cuja relevância para a comunidade é inegável.

Há muito a escola, por ser um ambiente de convivência comunitária, é vista como um espaço privilegiado na prevenção à violência. Com isso, contudo, não se pretende cair no reducionismo típico de muitas propostas que creditam à falta de estudo a principal causa da criminalidade e violência no Brasil, mas sim afirmar o papel da escola na prevenção e resolução de conflitos no ambiente escolar e na comunidade na qual está inserida.

¹⁷ Disponível em: <http://www.jij.tj.rs.gov.br> Acesso em 05 set. 2007.

Para melhor esclarecermos este ponto, é preciso compreender a relação entre a violência, o controle social e a resolução de conflitos. Apesar de estar a muito superado nas discussões acadêmicas, a idéia de que o controle social formal, ou seja, o controle exercido pelas instituições estatais, como aquelas pertencentes ao Sistema de Justiça, é a melhor forma de resolução de conflitos, esta permanece sendo a base de muitos discursos sobre prevenção à criminalidade e à violência.

Entretanto, esta idéia padece de um grave equívoco: a desconsideração do controle social informal, protagonizado pela própria comunidade. Antes se de pensar no incremento ou efetividade dos órgãos do Sistema de Justiça (Polícia, Poder Judiciário etc.), é preciso refletir sobre a potencialidade da comunidade de, por meio de fortes laços sociais, mobilização comunitária, solidariedade entre os moradores etc., prevenir a criminalidade e a violência, além de resolver conflitos no seu próprio seio.

Deste modo, tendo em vista a participação dos jovens na comunidade, o seu envolvimento nas ações e discussões acerca da violência constitui um pilar fundamental de qualquer política que vise mobilizar e integrar a comunidade, de modo a fortalecer o papel dos jovens no controle social e na prevenção à violência.

Entendemos que o grêmio estudantil representa uma importante entidade de democratização da gestão da escola na medida em que constitui um espaço de participação política dos alunos na vida escolar, favorecendo a formação para a cidadania. Por sua vez, como a escola é um importante ente da vida comunitária, e tendo em vista que as ações políticas não podem ser restritas ao espaço físico desta, a criação e as ações do grêmio estudantil não se restringem ao ambiente escolar, mas tendem a disseminar-se por toda a comunidade que o cerca, possibilitando um estreitamento e fortalecimento dos laços comunitários.

Através deste fortalecimento do controle social informal, a participação política e a resolução de conflitos no próprio seio da comunidade tornam-se possíveis, o que representa a construção de importantes mecanismos de prevenção à violência e à criminalidade. Em outras palavras, além de buscar nas instituições estatais a solução ao problema da criminalidade, é possível encontrarmos caminhos também eficazes na própria comunidade.

4.3. Educação para a Paz: uma proposta pedagógica para a não violência

A proposta deste projeto de Educação Para a Paz é direcionar de maneira ordenada uma prática pedagógica com o objetivo de possibilitar a erradicação de toda forma de violência na comunidade educativa, buscando assim, uma paz social, impulsionando-os a reconstruir uma sociedade mais justa, solidária, tentando eliminar toda forma de exclusão e de opressão. Cabe ao Educador da Paz, conceber um método de ensino que possibilite reflexões sobre a importância das resoluções de conflitos de modo não violento, inculcando uma nova concepção onde predomine a humildade e a tolerância.

Considerando este aspecto, foi trabalhado com os alunos de sétima série, no Colégio Franciscano Sant'Anna, de Santa Maria - RS¹⁸, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, tendo como objetivo central fazer com que os educandos percebam que para reconstruir uma nova sociedade, é fundamental a formação de uma civilização com Justiça, Igualdade e Paz e para isso, é imprescindível que a Humanidade redescubra o sentido da existência. Para esta conquista, são de suma importância o conhecimento e a prática deste Documento Universal.

Mas, quais são os motivos que dificultam a execução da prática da Declaração Universal dos Direitos Humanos? Como tentativa de responder esta problemática, os alunos da referida escola fizeram pesquisas em grupos sobre alguns homens e mulheres que fizeram a Política da Não-Violência, como: Ghandi, Luter King, Mandela, Teresa de Calcutá, Betinho e Francisco de Assis.

A maioria das práticas violentas do Século XX foram ocasionadas pelo atual sistema (cultural - sócio político - econômico - valores - parâmetros que regem a nossa sociedade), portanto, precisa-se efetivamente proporcionar aos educandos reflexões acerca das ações de homens e mulheres que construíram um modelo possível através de um modo de pensar e agir mais humano e solidário.

Uma educação que proporciona a valorização do ser humano é uma educação libertadora, sendo, portanto, um veículo de transformação da realidade social, impulsionando educador e educando à conquista de uma sociedade mais solidária.

¹⁸Disponível em http://www.faac.unesp.br/pesquisa/tolerancia/texto_educacao_borin.htm-56k- Acesso em 10 jul. 2007.

Dessa forma, a escola converte-se em um caminho que condiciona educadores e educandos a um compromisso de educar para a paz.

O primeiro passo para a obtenção da paz é a escola acabar com toda forma de exclusão. Logo se constata que a paz é algo que se aprende, na família, na escola, na sociedade e meios de comunicação, além de outros. Cabe, portanto, aos educadores proporcionarem uma base ética aos educandos.

Uma educação para a paz pressupõe-se uma educação comprometida com a vida, em uma constante busca de respeito à dignidade humana, baseada na igualdade, na justiça e na fraternidade.

Como primeira reflexão, deteremos a questão da Justiça como um dos principais elementos da promoção da Paz.

Boff deixa claro o conceito de Justiça, afirmando: “Justiça é dar a cada um o que lhe compete. Justiça é ter relação adequada à natureza de cada coisa. Justiça é, portanto, uma relação e uma atitude corretas, exigidas por cada situação”. (BOFF, 1999, p.42 e 43)¹⁹.

Assim sendo, justiça é uma proposta não corretiva, mas de atos corretos, ou seja, dar a cada ser o que lhe é próprio, o que lhe é devido.

A sociedade na qual estamos vivendo é vitimada de muita violência que é, de certa forma, uma prática comum e até legitimada como algo inevitável no mundo moderno. Nunca se ouviu falar tanto em Justiça como nos últimos tempos, tendo como primeira concepção de resolução de problemas a questão da punição, sendo esta, considerada o meio mais eficaz, em uma visão utilitarista, para a obtenção da Paz.

A paz só acontecerá em nosso mundo quando cada ser humano de maneira individual promover a Justiça no meio em que vive, mas, não haverá Paz enquanto tivermos injustiças sociais, conforme mencionado. Sendo assim, o profetismo de Isaías torna-se uma

¹⁹Leonardo Boff **A oração de São Francisco, Uma Mensagem de Paz para o Mundo Atual**. Sextante, 3ª Edição. Rio de Janeiro. 1999.

possibilidade viável: "E a obra da Justiça será a Paz; e o eleito da Justiça terá sossego e segurança para sempre." (Is. 32,17).²⁰

4.4 O Estatuto da Criança e do Adolescente como instrumento de promoção da cultura da paz

O objetivo do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) junto a esta pesquisa é propor e testar estratégias de atuação integrada visando a solução não-violenta de conflitos no meio escolar, prevenir a violência e a prática infracional nas escolas por alunos inseridos na rede pública de educação e integrar/dinamizar a atuação comunitária das instituições, programas e profissionais envolvidos no atendimento aos adolescentes em conflitos com a lei.

Os resultados da pesquisa indicam que existem diferentes expressões de violência nas escolas: agressões verbais com colegas e professores, agressões físicas, uso de armas, furtos/roubos e outros, os quais são percebidos tanto pelo corpo docente quanto pelo corpo discente.

Os professores se sentem impotentes, muitas vezes, reproduzindo um discurso vitimizador. O desconhecimento do ECA também foi uma constante ou o entendimento de que o "ECA, não é só direitos"²¹. Sentem-se reféns do ECA, não vislumbrando alternativas de resolução de conflitos eficazes a longo prazo. A curto prazo, tentam o diálogo com o aluno, depois a família e nos casos mais graves, recorrem ao Conselho Tutelar e Delegacia de Polícia.

Identificamos que a Direção e os professores estão inseridos numa teia de relações institucionais, sociais e estruturais que condicionam o seu fazer profissional, ora configurando o seu fazer profissional, ora configurando-se em relações opressoras ora libertárias.

Esse fazer está condicionado pelas limitações decorrentes da falta de recursos humanos, capacitação e apoio aos professores, ocorrendo o atendimento de múltiplas

²⁰João Ferreira Almeida. **Bíblia Sagrada**. Ed. Sociedade Bíblica do Brasil, São Paulo. 1995.

²¹ Fonte: pesquisa de campo realizada com professores pela acadêmica pesquisadora.

demandas que refletem os processos de precarização das relações de trabalho e das relações familiares.

Dentre as atividades prestacionais do Estado nas políticas públicas do ECA, considerando o Sistema de Garantia de Direitos, estão os valores fundamentais que são as Políticas Básicas (Acesso Universal), as Medidas de proteção especial (Vitimização/Risco) e as Medidas sócio-educativas (Adolescentes Infratores). Fazendo parte deste sistema os seguintes órgãos: Polícia Civil e Militar, Conselho Tutelar, Ministério Público, Poder Judiciário.

Quanto às lições da privação da liberdade, apesar do seu caráter quantitativo reduzido, a questão do adolescente infrator possui um indubitável efeito contaminante negativo sobre o conjunto das políticas sociais. Quem não resolve este problema compromete todas as políticas sociais para a infância em geral e os direitos humanos dos adolescentes em particular. A questão do adolescente infrator é um extraordinário termômetro da democracia.

4.5 Iniciativas públicas de redução da violência escolar no Brasil

No Brasil, durante os últimos vinte anos, as políticas públicas de redução da violência em meio escolar têm se originado, sobretudo, na esfera estadual e municipal. Apesar de expressarem iniciativas muitas vezes fragmentadas e descontínuas, já existe um considerável acúmulo de experiências dessas políticas que demandam estudos sistemáticos para avaliar sua eficácia e proporcionar elementos para a formulação de novas orientações.

Tomando como exemplo algumas modalidades de iniciativas, nas cidades de São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte²², é possível traçar os elementos principais que orientam o nascimento das políticas públicas voltadas para a superação das condutas violentas que atingem os estabelecimentos escolares.

²² Cadernos de Pesquisa. N .115. São Paulo, p.06 mar.2002.

Preliminarmente, é preciso considerar dois aspectos: o primeiro diz respeito ao fato de que o tema da violência na sociedade brasileira ganha o debate público com o processo de democratização. Não só a herança do regime autoritário se faz presente até os dias atuais, sensibilizando vários atores sociais na luta pela democratização institucional e pela realização de direitos da cidadania, como também a disseminação das várias formas da criminalidade, delinqüência e prática de justiça extralegal nas regiões urbanas ocorre, paradoxalmente, com o próprio advento da democracia. O segundo incide sobre o fato de que a violência em meio escolar no Brasil tanto decorre da situação de violência social que atinge a vida dos estabelecimentos, sobretudo públicos, como pode expressar modalidades de ação que nascem no ambiente pedagógico, neste caso a violência escolar.

Passemos, a seguir, ao exame de algumas das iniciativas com vistas a reduzir a violência escolar, empreendidas pelo Poder Público.

No nível de governo federal, a iniciativa de induzir políticas de redução da violência escolar não partiu do Ministério da Educação, mas, sim, do Ministério da Justiça. Isso se explica, talvez, pelo fato de que houve um aumento dos índices de violência envolvendo jovens com o crime organizado e homicídios, quer como vítimas, quer como protagonistas.

Tais dados²³ foram de certa forma, reforçados pela imprensa, que, na década de 90, deu ênfase em noticiários que mostravam o envolvimento sistemático de jovens em práticas criminosas. Um dos casos mais aterrorizantes ocorreu em 1997, com o índio pataxó Galdino, queimado e assassinado por cinco jovens pertencentes a camadas médias da cidade de Brasília.

Diante desses eventos o Ministério da Justiça começa a voltar suas atenções de forma mais sistemática para o tema da violência entre os jovens, não podendo, é claro, ficar de fora a questão escolar. Sobre esse assunto, o Secretário Nacional dos Direitos Humanos à época, José Gregori, assim se manifestou:

“... o reconhecimento da violência como fenômeno peculiar da atualidade - e o aumento de denúncia, a respeito da violência cometida contra e por jovens

²³ J. J. Waiselfisz (coord). **Juventude, violência e cidadania: os jovens de Brasília**. São Paulo: Cortez. 1998.

- levou a reações sociais, colocando a juventude como problema e como zona de conflito, evocando a necessidade de ampliar a discussão sobre os direitos, englobando as diversas instituições, públicas e privadas, que trabalham com o tema da juventude”. (WAISELFISZ, 1998, p. 8)²⁴

Estando à frente na redução da violência escolar, esse ministério condicionou uma série de iniciativas que foram desdobradas em nível estadual e municipal. Criou, em junho de 1999, uma comissão de especialistas encarregada de elaborar diretrizes para enfrentar a violência nas escolas, contando com a parceria de alguns institutos de pesquisa e algumas organizações não governamentais.

Os primeiros resultados dessa parceria podem ser traduzidos no Programa Paz nas Escolas, desenvolvido a partir de 2000 em 14 estados brasileiros²⁵. A sua execução nos estados obedece a uma dinâmica própria, de acordo com as prioridades de cada realidade. Dentre as principais atividades, destacam-se:

- a) campanhas visando ao desarmamento da população;
- b) apoio na formação e treinamento, integrando jovens e policiais no ensino de técnicas de mediação de conflitos; e
- c) ações de capacitação de educadores e policiais em direitos humanos e ética.

Em conjunto com o Ministério da Educação e com as Secretarias Estaduais de Educação, o Programa Paz nas Escolas capacitou professores para a implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs -, com especial ênfase nos temas transversais Ética e Cidadania.

Como estímulo ao protagonismo juvenil, o programa²⁶ desenvolveu, ainda, ações de apoio à criação de grêmios estudantis, para tratar de questões de interesse dos jovens, especialmente daquelas relativas à violência nas escolas. Como se pode ver, essas iniciativas do Ministério da Justiça, realizadas em parceria com Organizações Não Governamentais - ONGs -, são muito recentes, demandando uma avaliação que possa aferir o seu grau de

²⁴J. J. Waiselfisz (coord). **Juventude, violência e cidadania: os jovens de Brasília**. São Paulo: Cortez. 1998.

²⁵ Programa Paz nas escolas, desenvolvido a partir de 2000 em 14 estados brasileiros (Brasília, Goiânia, Cuiabá, Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Maceió, Salvador, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Florianópolis e Porto Alegre). WAISELFISZ, J. J. **Mapa da violência II Brasília**: UNESCO, Ministério de Justiça, Instituto Ayrton Senna. 2000.

²⁶ Centro de estudos de criminalidade e Segurança Pública mais o FUNDEP – Fundo de Desenvolvimento da Pesquisa.

impacto e sua capacidade de interferência na vida escolar, considerando a magnitude do país e de sua rede pública.

4.5.1 Elementos que orientam políticas de redução da violência escolar

Diante do exposto nas páginas anteriores, não se tem dúvida de que algo deva ser feito para reduzir a violência e a criminalidade em meio escolar. O desafio que se coloca é saber que políticas terão de ser implementadas de forma a que se atinjam os objetivos de pacificar a vida escolar sem atentar contra os direitos humanos.

Portões abertos à comunidade não significam necessariamente alteração dos padrões das interações escolares. O sucesso das iniciativas baseadas na proposta de uma gestão democrática, envolvendo pais, alunos e moradores de bairros de periferia depende amplamente das condições locais: estabelecimentos de ensino já mobilizados absorveram melhor os efeitos possíveis das ações indutoras de projetos.

A esse respeito, as experiências ocorridas no interior das escolas municipais de Belo Horizonte²⁷ confirmam a idéia supracitada. Adotando posturas centradas na Pedagogia de Projetos, algumas escolas vêm conseguindo, com certo sucesso, pacificar o meio escolar.

Diante de uma situação de absoluta carência de equipamentos e recursos públicos de cultura, lazer e esporte para os segmentos juvenis de escolas situadas em bairros pobres, as iniciativas de abertura da escola são sempre bem recebidas.

No caso da cidade de São Paulo²⁸ a abertura da escola à comunidade traz benefícios para os grupos envolvidos nos projetos e nos programas propostos pelo poder público, porque incentiva jovens moradores dos bairros a se organizarem e desenvolverem melhor algumas habilidades presentes, sobretudo nas suas iniciativas coletivas em torno da música, do grafite e do teatro.

²⁷M. P. Spósito. **Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação.** Revista Brasileira de Educação, n. 13, jan./abr. 2000.

²⁸M. P. Spósito, op. cit.

Outro elemento que tem orientado o nascimento das políticas públicas é o conjunto de percepções que mobiliza educadores a inscrever suas escolas ou mobilizarem seus alunos para participar de projetos de redução da violência. Esses educadores podem estar movidos por uma sensibilidade ao conjunto não desprezível de dificuldades que os jovens e adolescentes enfrentam na sua experiência de vida. Mas podem também estar influenciados por uma idéia bastante recorrente no debate público: aquele que vê o jovem e o adolescente como problema social e, como tal, devem ser alvos de ações reparadoras por parte do mundo adulto.

No quadro mais comum dessas percepções estar-se-ia buscando um conjunto de práticas preventivas que supostamente colaborariam para afastar esses jovens dos caminhos da delinquência e da criminalidade. Ocorre, assim, uma espécie de deslocamento diante das principais questões estabelecidas no alvorecer da transição democrática. Se as orientações das administrações oscilavam entre o reconhecimento de práticas autoritárias na vida escolar e da sua fraca capacidade de interagir com o conflito posto entre o mundo adulto e o universo dos alunos, propondo para isso, mecanismos facilitadores de uma maior participação de alunos e pais, o discurso atual incide sobre a população jovem, possíveis protagonistas do crime e, portanto, alvo de ações preventivas.

Não obstante esse conjunto de dificuldades é possível considerar a hipótese de que, ao ganhar a agenda pública, o tema da violência em meio escolar não pode mais passar despercebido pelos formuladores das políticas, sobretudo no nível municipal e estadual, e talvez estejam dadas as condições, pelo acúmulo de experiências, para o delineamento de ações integradas que de fato configurem políticas públicas de cunho democrático.

Para proteger crianças e adolescentes da violência nas escolas não basta uma legislação adequada. Promotores e juízes têm denunciado e punido abusos e violações de direitos humanos. Porém, é necessário mobilizar a sociedade civil para pressionar o Poder Executivo a implantar medidas que dêem aos jovens não apenas assistência jurídica, mas também educação, profissionalização e uma vida digna. A avaliação é de Sérgio Adorno, professor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) e coordenador do Núcleo de Estudos da Violência (NEV) da USP (Universidade de São Paulo)..

O professor ressalta que o cumprimento da lei vai além da proteção jurídica. "Se há muita violência entre jovens, em especial entre populações de baixa renda, é sinal de que a oferta de educação e formação profissional não acompanha suas necessidades, contrariando o Estatuto", diz. Sérgio Adorno aponta que a implantação de políticas para crianças e adolescentes pelo poder público não depende apenas do Judiciário, mas também da pressão da sociedade civil organizada.

As melhoras na educação não devem se resumir apenas ao conteúdo ensinado, destaca o professor. "A questão da violência nas escolas reflete a situação geral da violência no país, mas não há apenas a questão da segurança, que é falha. Também é preciso tornar mais solidárias e densas as relações entre professores e alunos, e entre os estudantes", diz. O professor defende a criação de mecanismos capazes de resolver os conflitos dentro das escolas, bem como a realização de atividades artísticas e paralelas ao ensino. "É preciso que o jovem se identifique com a escola e sua família se aproxime dela", declara. Nos trabalhos que o NEV realiza na periferia de São Paulo percebemos que os jovens têm um anseio de participação, muitas vezes bloqueados pelo modelo educacional.

CONCLUSÃO

Este trabalho é apenas o primeiro passo de uma longa caminhada para obter a sonhada Paz, porém, é preciso dar este passo para começar e comprovar esta caminhada Utópica e Possível - PAZ e BEM.

Nesta caminhada a sociedade vem sofrendo transformações, principalmente a família, núcleo primordial de educação que nos últimos tempos tem delegado à escola o principal papel sócio-educativo fugindo totalmente de toda sua responsabilidade.

Todavia, este trabalho deixa evidente que nenhuma outra instituição poderá jamais substituir as condições educativas da família, não devendo ser também unicamente a escola a ensinar valores tão necessários para o normal desenvolvimento da criança tais como: a democracia, as regras para a sã convivência, o respeito pelo outro, a solidariedade, a tolerância, o esforço pessoal, etc. Com base nisto, à escola não se pode pedir, exigir além de sua responsabilidade pelas habilidades cognitivas, valorativa, a qual é de maior competência dos pais.

Em meio a tudo isso aqui relatado, a verdade é que a violência continua a existir e a registrar-se cada vez mais na população jovem. A escola não pode ignorar que os conflitos e problemas sociais existem, e por isso tem vindo a adaptar-se como pode. E é precisamente na escola que as crianças imitem comportamentos que diariamente observam em casa, nos meios de comunicação na sociedade, etc. Meios onde proliferam os maus tratos físicos e psicológicos, onde as privações, a promiscuidade, a baixa escolarização, a pobreza andam de mãos dadas.

Daí a necessidade de não deixar que as crianças se transformem em futuros inadaptados ou futuros marginais, só porque não tiveram referências positivas na infância e porque as diversas entidades educativas foram esquecendo ao longo do processo histórico, que essas crianças também necessitam de carinho, de afeto, que também são seres humanos como todas as outras crianças.

Sendo assim, uma escola que reflete sobre sua função social aprende e pode ser ponto de partida e de chegada para processos efetivos de inclusão social. Possibilitando às crianças, adolescentes e jovens construir sentido para suas vidas, prevenindo a violência e a marginalização social e possibilitando a recuperação do indivíduo em conflito com a lei. Na escola, ele pode encontrar o espaço de acolhimento e de reflexão sobre as razões e conseqüências de seu ato, permitindo-lhe reavaliar sua conduta e seu modo de ação no mundo.

Neste caso, são vários os fatores que contribuem para a singularidade dos conflitos e das violências no cotidiano escolar. Primeiramente há que se observar como é determinado o papel do aluno na dinâmica escolar. A escola estabelece normas que visam organizar o seu funcionamento, mas que, na maioria das vezes, não consegue responder seus objetivos e, além disso, são formuladas e implementadas de forma unilateral, sem se considerar a palavra do aluno, o mesmo pode-se dizer em relação às punições.

Portanto, a escola enquanto espaço de interação e formação humana, torna-se fundamental para a superação da violência através de um trabalho crítico e político por parte de seus agentes, pois a busca do equilíbrio do homem, do estabelecimento da paz e a superação da violência passam necessariamente pela educação.

Este trabalho científico atingiu seu objetivo ao contribuir para a redução de violência nas escolas Estaduais da cidade de Rubiataba de 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, por meio de ações educativas integradas entre as áreas da Justiça e da Educação a partir do envolvimento dos educadores nas práticas dos Círculos Restaurativos²⁹.

Em suma, procurou-se aprofundar os conhecimentos em torno desta temática, com um intuito ávido de conhecer como a escola, a família e em sentido lato a sociedade se organiza na gestão desta problemática tão grave nos dias de hoje.

²⁹ Projeto adotado na cidade de Guarulhos estado de São Paulo – Parceria entre a Justiça e a Educação, 1999.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁICAS

ABRAMOVAY, M & RUA, M das Graças. **Violência nas escolas**: versão resumida. Brasília: Pitágoras Rede, 2003.

AMARAL, Maria Abadia & FURTADO, Maria Rachel Leone. **Legislação de Ensino Educação Básica**. Goiás: Printed Brasil, 1999.

ALMEIDA, João Ferreira. **Bíblia Sagrada**. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1995.

BECARIA, Cesare. **Dos Delitos e das Penas**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

BOFF, Leonardo. **A oração de São Francisco, Uma Mensagem de Paz para o Mundo**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Sextante, 1999.

BRASIL. **Código Penal**. Juarez de Oliveira. 18 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências.

Caderno de Pesquisa. N. 115. São Paulo mar. 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. 16ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GUIMARÃES, Deocleciano Torrieri. **Dicionário Técnico Jurídico**. 7ª ed. São Paulo: Rideel, 2005.

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MILANI et al. **Educação** Porto Alegre – RS, ano XXIX, n 2 (59), p. 369 – 386, Maio/Ago. 2006

NUNES, Rizzatto. **Manual da Monografia Jurídica**. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

SANTOS, J. V. **Violência no tempo da Globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SPÓSITO, M. P. **Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação**. Revista Brasileira de Educação, n. 13, jan/abr.2000.

WASELFISZ, J. J. **Juventude, violência e cidadania: os jovens de Brasília**. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Mapa da violência II**. Brasília: UNESCO, Ministério de Justiça, Instituto Ayrton Senna, 2000.

http://www.cecip.org.br/cecip/arquivos/programas_forum_je.doc Acesso em 08 set 2007

<http://www.crisp.ufmg.br> Acesso em 16 jul. 2007.

http://www.faac.unesp.br/pesquisa/tolerancia/texto_educacao_borin.htm-56k- Acesso em: 10 jul.2007.

<http://www.jij.tj.rs.gov.br> Acesso em 05 set. 2007.

http://www.novaescola.abril.uol.com.br/ed/152_mai02/html/repcapa.htm-17k- Acesso em 25 jun. 2007.

http://www.risolidaria.org.br/maonamassa/compartilhando/view_pratica.jsp Acesso em 11 nov. 2007

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid Acesso em 10 nov. 2007.

http://www.unesco.org.br/publicacoes/livros/juventudeviolencia/mostra_padrao-16k- Acesso em 09 ago. 2007.

ANEXOS

QUESTIONÁRIO

() Professor (a)

() Aluno (a)

() Diretor (a)

1 – Você já presenciou qual (is) tipos (s) de violência (s) na sua escola:

() agressão verbal de aluno contra aluno.

() agressão verbal de aluno contra professor.

() agressão verbal de professor contra aluno.

() agressão física.

() roubo (furto).

() uso de armas _____ especificar

() outros _____

• Em caso positivo, qual foi a providência tomada:

() transferência

() expulsão/suspensão

() advertência da coordenação / direção.

() conversa com pai / responsável.

() encaminhamento ao conselho tutelar.

() encaminhamento à Delegacia de Polícia.

() outros.

2 – A que você atribui o surgimento da violência na escola:

() violência vem da sociedade / contexto social.

() violência vem da família.

() violência vem da mídia.

() outros _____

3 – Em sua opinião, quais são as saídas ou estratégias que poderiam resolver ou minimizar o problema da violência na escola.
